

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	34
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	131

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	133
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	134
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	135

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	299.075
Preferenciais	0
Total	299.075
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	29.943.620	28.963.964
1.01	Ativo Circulante	6.629.716	6.466.549
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	604.552	1.014.632
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.525	6.394
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	3.525	6.394
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	3.525	6.394
1.01.03	Contas a Receber	4.100.460	3.937.352
1.01.03.01	Clientes	3.850.260	3.727.553
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	3.850.260	3.727.553
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	250.200	209.799
1.01.04	Estoques	40.895	44.071
1.01.04.01	Almoxarifado	40.895	44.071
1.01.06	Tributos a Recuperar	858.521	702.050
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	858.521	702.050
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	368.385	192.123
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	490.136	509.927
1.01.07	Despesas Antecipadas	85.156	46.588
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	936.607	715.462
1.01.08.03	Outros	936.607	715.462
1.01.08.03.03	Outros créditos	418.876	388.335
1.01.08.03.05	Serviços em curso	237.344	226.026
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	280.387	101.101
1.02	Ativo Não Circulante	23.313.904	22.497.415
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.394.945	18.728.630
1.02.01.04	Contas a Receber	29.360	31.417
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	29.360	31.417
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.694.387	1.722.573
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.694.387	1.722.573
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.671.198	16.974.640
1.02.01.10.03	Benefício fiscal	1.686.533	1.722.363
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	745.175	712.427
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.598.758	2.623.818
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	10.086.348	9.324.702
1.02.01.10.09	Outros créditos	131.854	51.010
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	2.167.647	2.056.357
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	254.883	483.963
1.02.02	Investimentos	38.736	38.454
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.736	38.454
1.02.03	Imobilizado	474.723	180.373
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	474.723	180.373
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	457.769	162.791
1.02.03.01.02	Imobilizado em serviço	16.954	17.582
1.02.04	Intangível	3.405.500	3.549.958
1.02.04.01	Intangíveis	3.405.500	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.405.500	3.549.958

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	29.943.620	28.963.964
2.01	Passivo Circulante	10.003.019	10.010.779
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	128.216	121.560
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128.216	121.560
2.01.02	Fornecedores	3.264.668	3.408.926
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.264.668	3.408.926
2.01.03	Obrigações Fiscais	449.313	470.765
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	111.461	114.783
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	111.461	114.783
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	331.788	349.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.064	6.238
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.627.872	2.390.141
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.514.150	1.995.522
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	666.391	1.187.587
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.847.759	807.935
2.01.04.02	Debêntures	1.113.722	394.619
2.01.05	Outras Obrigações	2.305.079	3.449.534
2.01.05.02	Outros	2.305.079	3.449.534
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.638	100.638
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	554.576	445.746
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	962.206	917.405
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	222.628	1.049.306
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	5.331	5.892
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	134.317	59.421
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	135.243	65.672
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	190.140	805.454
2.01.06	Provisões	227.871	169.853
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	224.182	166.360
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	224.182	166.360
2.01.06.02	Outras Provisões	3.689	3.493
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.689	3.493
2.02	Passivo Não Circulante	14.073.265	13.323.915
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.461.533	5.439.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.789.843	2.217.431
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.033.314	260.348
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.756.529	1.957.083
2.02.01.02	Debêntures	3.671.690	3.221.717
2.02.02	Outras Obrigações	6.898.555	7.128.242
2.02.02.02	Outros	6.898.555	7.128.242
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	3.127.370	4.395.560
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	122.165	112.491
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	145.816	115.367
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	647.913	268.025
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	357.018	125.208
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.476.630	2.111.591

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.02.02.17	Instrumentos financeiros derivativos	21.643	0
2.02.04	Provisões	713.177	756.525
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	710.729	754.077
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	710.729	754.077
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	5.867.336	5.629.270
2.03.01	Capital Social Realizado	4.532.525	4.532.525
2.03.02	Reservas de Capital	638.674	638.674
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	638.127	638.127
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	470.756	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	225.381	458.071

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.372.040	10.431.556	4.706.556	9.544.436
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.637.839	-8.549.231	-3.675.971	-7.289.322
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.394.241	-4.493.401	-1.915.628	-3.823.565
3.02.02	Provisão para ativo financeiro setorial	-112.552	-112.552	0	0
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-743.382	-1.417.939	-804.625	-1.641.081
3.02.07	Pessoal e Administradores	-159.520	-321.370	-104.307	-217.873
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.522	-2.609	-1.717	-3.044
3.02.09	Serviços de Terceiros	-313.827	-566.344	-235.538	-425.809
3.02.10	Material	-18.680	-37.723	-22.586	-27.310
3.02.11	Custo de Construção	-586.040	-1.059.620	-423.483	-777.608
3.02.13	Provisão para processos judiciais e outros riscos	0	0	-109	-357
3.02.16	Depreciação e Amortização	-218.530	-440.139	-181.029	-357.196
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-89.545	-97.534	13.051	-15.479
3.03	Resultado Bruto	734.201	1.882.325	1.030.585	2.255.114
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-174.143	-555.544	-243.011	-607.337
3.04.01	Despesas com Vendas	-139.696	-301.332	-91.943	-236.461
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-217.434	-368.430	-180.300	-355.397
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	182.987	114.218	29.232	-15.479
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	560.058	1.326.781	787.574	1.647.777
3.06	Resultado Financeiro	-448.827	-836.706	-437.080	-940.919
3.06.01	Receitas Financeiras	142.367	451.705	217.433	418.543
3.06.02	Despesas Financeiras	-591.194	-1.288.411	-654.513	-1.359.462
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-589.315	-1.287.715	-651.819	-1.356.646
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-1.879	-696	-2.694	-2.816
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	111.231	490.075	350.494	706.858
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.488	-50.179	-130.519	-292.359
3.08.01	Corrente	0	117.809	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.08.02	Diferido	-38.488	-167.988	-130.519	-292.359
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.743	439.896	219.975	414.499
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.743	439.896	219.975	414.499
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,2432	1,4709	0,94857	2,07197

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	72.743	439.896	219.975	480.492
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-209.732	-201.830	337.444	345.014
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-329.930	-329.930	501.674	501.674
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	112.176	112.176	-170.570	-170.570
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	12.155	24.128	9.607	21.077
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-4.133	-8.204	-3.267	-7.167
4.03	Resultado Abrangente do Período	-136.989	238.066	557.419	825.506

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.565.339	-295.548
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.217.587	2.137.623
6.01.01.01	Lucro líquido do período	439.896	480.492
6.01.01.02	Depreciação e amortização	627.277	479.231
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento financeiros derivativos	217.872	-389.856
6.01.01.04	Variações cambiais - empréstimos	-217.859	389.834
6.01.01.05	Variações monetárias	-14.557	-47.216
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-271.027	-219.078
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	174.452	101.386
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros riscos	49.263	60.890
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos	411.434	300.308
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	206.896	270.458
6.01.01.12	Custo de transação	-3.952	5.612
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	36.370	4.422
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	167.988	292.359
6.01.01.15	Ajuste a valor de mercado instrumentos financeiros derivativos	-136.315	169.688
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	36.085	12.253
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	175.832	182.873
6.01.01.18	Ajuste a valor de mercado empréstimos e debêntures	127.507	-182.944
6.01.01.19	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	126.880	135.075
6.01.01.20	Atualização processos judiciais	63.545	91.836
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.441.858	222.457
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-414.086	50.284
6.01.02.03	Almoxarifado	3.176	1.690
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-147.901	8.663
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	44.851	333.775
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-38.568	-22.312
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	-40.401	-50.028
6.01.02.08	Outros créditos	-125.000	-21.722
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	6.656	1.890
6.01.02.11	Fornecedores	-176.313	-163.394
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-21.452	-31.967
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-446.790	755.512
6.01.02.15	Serviços em curso	-11.318	70.826
6.01.02.16	Encargos setoriais	100.313	20.895
6.01.02.19	Outras obrigações	75.250	89.462
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-250.275	-821.117
6.01.03	Outros	-2.341.068	-2.655.628
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-200.254	-198.640
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-124.075
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-1.805.577	-1.948.554
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-98.138	-101.827

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-31.266	-12.543
6.01.03.07	Pagamento de juros de instrumentos financeiros derivativos	-205.833	-213.172
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	0	-56.817
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.028.708	-916.967
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-1.123.606	-912.506
6.02.02	Consumidores participação financeira	86.310	104.061
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	2.869	-373
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-90	-113.730
6.02.06	Adições imobilizado	0	-6
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	5.809	5.587
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.183.967	1.332.773
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	4.456.800	1.951.417
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-2.322.580	-1.942.309
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-63.833	-33.506
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-59.500
6.03.08	Amortizações de instrumentos financeiros derivativos	113.580	-36.329
6.03.10	Aumento de capital	0	1.453.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-410.080	120.258
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.014.632	460.692
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	604.552	580.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	439.896	-201.830	238.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	439.896	0	439.896
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.830	-201.830
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	24.128	24.128
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.204	-8.204
5.05.02.06	Resultado atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	0	0	0	-329.930	-329.930
5.05.02.07	Tributos s/ resultado atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	0	0	0	112.176	112.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	30.860	-30.860	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	46.757	-46.757	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-15.897	15.897	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	638.674	0	470.756	225.381	5.867.336

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	2.237.488	0	-4.762.527	2.822.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.453.000	0	0	0	0	1.453.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.453.000	0	0	0	0	1.453.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-478.488	1.303.994	825.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	480.492	0	480.492
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-958.980	1.303.994	345.014
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	21.077	21.077
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.167	-7.167
5.05.02.06	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	-1.453.000	1.954.674	501.674
5.05.02.07	Tributos s/ ajustes de avaliação atuarial	0	0	0	494.020	-664.590	-170.570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	30.960	-30.960	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	46.910	-46.910	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-15.950	15.950	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	2.268.430	2.237.488	-447.528	-3.489.493	5.101.422

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	15.656.690	14.815.395
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.742.564	10.243.677
7.01.02	Outras Receitas	5.155.838	4.030.570
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.059.620	777.609
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-301.332	-236.461
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.280.149	-7.278.603
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-6.453.908	-5.983.825
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.653.734	-1.237.959
7.02.04	Outros	-172.507	-56.819
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.376.541	7.536.792
7.04	Retenções	-655.641	-502.355
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-655.641	-502.355
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.720.900	7.034.437
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	451.705	418.543
7.06.02	Receitas Financeiras	451.705	418.543
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.172.605	7.452.980
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.172.605	7.452.980
7.08.01	Pessoal	354.220	292.275
7.08.01.01	Remuneração Direta	221.909	197.204
7.08.01.02	Benefícios	115.568	78.786
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.743	16.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.098.700	5.320.079
7.08.02.01	Federais	2.898.149	3.097.214
7.08.02.02	Estaduais	2.176.145	2.204.589
7.08.02.03	Municipais	24.406	18.276
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.279.789	1.360.134
7.08.03.01	Juros	1.288.411	1.359.462
7.08.03.02	Aluguéis	-8.622	672
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	439.896	480.492
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	439.896	480.492

São Paulo, 29 de julho de 2025 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (cerca de 18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre (“2T25”) e primeiro semestre (“6M25”) de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES



+ 14,1% na Receita Líquida do 2T25 vs. 2T24 e + 9,3% no acumulado do ano;



R\$1,1 bi de investimentos acumulados no ano, 21,7% acima do mesmo período de 2024;



Melhora significativa do Tempo Médio de Atendimento. Mesmo com aumento de 33% nas ocorrências totais no período de verão, o indicador TMA apresentou uma redução de 50% vis-à-vis o mesmo período de 24;



DEC 6,73 horas, melhora de 2,9% quando comparado ao mesmo período de 2024;



Queda de 9% nas perdas de energia dos últimos 12 meses;



Emissão de debêntures no valor de R\$1,4 bilhão;



Em julho a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 13,94%, sendo 1,02% reajuste de Parcela B (parcela de remuneração da Distribuidora) bem abaixo da inflação do período;



Moody's Brasil afirmou o Rating de Emissor e das debêntures da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A. em AAA.br, com perspectiva estável;



Total de colaboradores 19.048, crescimento de 14,7% sobre o mesmo período de 2024, dos quais 4.759 próprios 17,8% acima do 2T24, ratificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria continua da qualidade do serviço e resiliência da rede;



+ 1,5 milhão de *Smartmeters* instalados até maio de 2025;



+ 320 mil podas de árvores realizadas nos seis primeiros meses do ano.

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	8.182.722	7.456.319	9,7%	7.775.300	5,2%	15.958.022	15.051.856	6,0%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.372.040	4.706.557	14,1%	5.059.516	6,2%	10.431.556	9.544.436	9,3%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	893.984	1.033.150	-13,5%	1.060.074	-15,7%	1.954.058	2.193.001	-10,9%
Margem EBITDA (%)*	16,6%	22,0%	-5,3 p.p.	21,0%	-4,3 p.p.	18,7%	23,0%	-4,2 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	18,7%	24,1%	-5,4 p.p.	23,1%	-4,4 p.p.	20,9%	25,0%	-4,0 p.p.
EBIT (3) (R\$ mil)*	560.058	787.575	-28,9%	766.723	-27,0%	1.326.781	1.713.770	-22,6%
Margem EBIT (%)*	10,4%	16,7%	-6,31 p.p.	15,2%	-4,7 p.p.	12,7%	18,0%	-5,2 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	72.743	219.977	-66,9%	367.153	-80,2%	439.896	480.493	-8,4%
Margem Líquida (%)	1,4%	4,7%	-3,3 p.p.	7,3%	-81,3%	4,2%	5,0%	-0,8 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	1,5%	5,1%	-3,6 p.p.	8,0%	-81,0%	4,7%	5,5%	-0,8 p.p.
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.031	11.392	-3,2%	11.628	-5,1%	22.658	22.590	0,3%
CAPEX (R\$ mil)*	629.414	542.507	16,0%	484.463	29,9%	1.113.877	915.146	21,7%
DEC - horas (12 meses)*	6,73	6,93	-2,9%	6,39	5,2%	6,73	6,93	-2,9%
FEC - vezes (12 meses)*	3,32	3,48	-4,6%	3,15	5,7%	3,32	3,48	-4,6%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,13%	98,54%	-0,4 p.p.	98,85%	-0,7 p.p.	98,13%	98,54%	-0,4 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,06%	11,05%	-1 p.p.	10,81%	-0,75 p.p.	10,06%	11,05%	-1 p.p.
PMSO (4) /Consumidor*	34.998,0	70,4	>100,0%	42.950,7	-18,5%	0,0	147,2	-100,0%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 7,9 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de aproximadamente 18,0 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	2T25	2T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.679	42.606	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	1.850	1.846	0,2%
Subestações (Unid.)	163	163	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	44.446	42.689	4,1%
Marketshare no Brasil - N° de Clientes (1)	0,02%	8,83%	-8,81 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	7,89%	7,79%	0,09 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADDE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

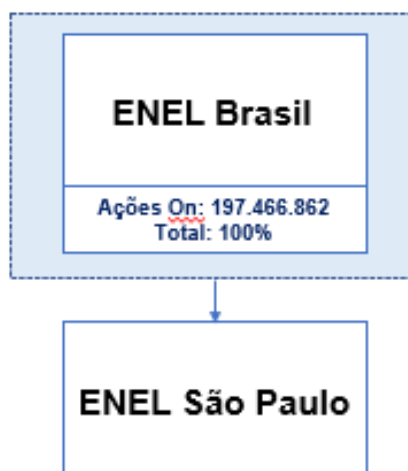
- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de junho de 2025

Controlador



*Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T25.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	8.044.475	7.955.071	1,1%	8.026.165	0,2%	8.044.475	7.955.071	1,1%
Residencial	7.567.514	7.485.896	1,1%	7.550.787	0,2%	7.567.514	7.485.896	1,1%
Industrial	24.183	24.390	-0,8%	24.097	0,4%	24.183	24.390	-0,8%
Comercial	432.609	424.484	1,9%	430.902	0,4%	432.609	424.484	1,9%
Rural	535	576	-7,1%	542	-1,3%	535	576	-7,1%
Setor Público	19.634	19.725	-0,5%	19.837	-1,0%	19.634	19.725	-0,5%
Cientes Livres	6.962	4.900	42,1%	6.559	6,1%	6.962	4.900	42,1%
Industrial	1.868	1.187	57,4%	1.722	8,5%	1.868	1.187	57,4%
Comercial	4.951	3.578	38,4%	4.642	6,7%	4.951	3.578	38,4%
Setor Público e outros	143	135	5,9%	195	-26,7%	143	135	5,9%
Total - Número de Consumidores (faturados)	8.051.437	7.959.971	1,1%	8.032.724	0,2%	8.051.437	7.959.971	1,1%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

A Companhia encerrou o 2T25 com um aumento de 1,1%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 2T24.

O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 82 mil clientes). Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 57,4% e 38,4% respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão²

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. %
Mercado Cativo	6.879	7.549	-8,9%	7.570	-9,1%	14.449	15.162	-4,7%
Cientes Livres	4.151	3.842	8,0%	4.058	2,3%	8.209	7.428	10,5%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.031	11.392	-3,2%	11.628	-5,1%	22.658	22.590	0,3%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. %
Residencial	4.366	4.524	-3,5%	4.799	-9,0%	9.166	9.072	1,0%
Industrial	286	411	-30,4%	311	-8,0%	596	817	-27,0%
Comercial	1.784	2.108	-15,4%	2.011	-11,3%	3.795	4.271	-11,1%
Rural	2	8	-76,4%	2	-10,0%	4	17	-75,4%
Setor Público	441	498	-11,5%	447	-1,2%	888	985	-9,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	6.879	7.549	-8,9%	7.570	-9,1%	14.449	15.162	-4,7%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O mercado cativo totalizou 6.879 GWh no 2T25, representando uma queda de 8,9% em relação ao mesmo período no ano passado (7.549 GWh) atribuído principalmente a migração de consumidores Industriais e Comerciais para o mercado livre. No acumulado do ano, o mercado cativo atingiu 14.449 GWh acarretando uma redução de 4,7% na comparação com o 6M24.

O consumo na classe residencial registrou uma queda de 3,5% no trimestre em relação ao ano anterior em decorrência da queda na média das temperaturas registradas no 2T25 em 2,9°C. No 6M25 houve um aumento 1% no consumo de clientes residenciais atingindo 9.166 GWh.

Na classe industrial, houve uma redução de 30,4% em relação ao mesmo período no ano anterior, por conta do efeito da migração para o mercado livre, impulsionado pela abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024 e queda de consumo no setor de metalurgia, alimentos e veículos. Já no acumulado do ano a queda foi de 27% atribuída aos mesmos fatores do trimestre.

O consumo da classe comercial também registrou uma queda de 15,4% no trimestre em decorrência do efeito da migração dos clientes para o mercado livre, redução no consumo do setor financeiro, atacado e varejo e queda na média

² Não Inclui Consumo Próprio

Earnings Release 2T25 / 6M25

Comentário do Desempenho

das temperaturas registradas no 2T25 em 2,9°C. Na análise do 6M25 x 6M24 a queda do consumo Comercial foi de 11,1%, influenciada pelos fatores do segundo trimestre.

Em relação ao setor público, a redução de 11,5% observada no trimestre está associada à migração para o mercado livre, redução no consumo dos serviços de transporte e iluminação pública e queda na média das temperaturas registradas no 2T25 em 2,9°C. No 6M25 o Setor Público apresentou uma queda de 9,9% influenciada pelos efeitos registrados no 2T25.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. %
Industrial	1.682	1.575	6,8%	1.554	8,2%	3.236	2.965	9,2%
Comercial	2.012	1.803	11,6%	2.022	-0,5%	4.034	3.556	13,4%
Setor Público e outros	458	465	-1,6%	482	-5,0%	940	907	3,5%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	4.151	3.842	8,0%	4.058	2,3%	8.209	7.428	10,5%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 4.151 GWh no 2T25, um aumento de 8,0% quando comparado ao 2T24, em decorrência principalmente do aumento do consumo na classe industrial e comercial em decorrência da migração de clientes do mercado cativo, impulsionada pela abertura do mercado para clientes do Grupo A.

No acumulado do ano, o mercado livre registrou crescimento ainda maior de 10,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, seguindo as mesmas tendências observadas no trimestre.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWh)*

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Itaipu	1.701	1.749	-2,8%	1.682	1,1%	3.383	3.501	-3,4%
Angra 1 e 2	345	347	-0,7%	341	1,1%	686	695	-1,3%
Proinfa	157	166	-5,4%	152	3,3%	308	323	-4,6%
Leilão e Quotas	6.841	6.185	10,6%	6.529	4,8%	13.369	12.419	7,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	9.043	8.448	7,1%	8.704	3,9%	17.747	16.937	-46,6%
Liquidação na CCEE	-551	450,6	<-100,0%	541,1	-201,7%	-9,4	1.217,7	-145,2%
Total - Compra de Energia	8.493	8.898	-4,6%	9.245	-8,1%	17.737	18.155	-2,3%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)*

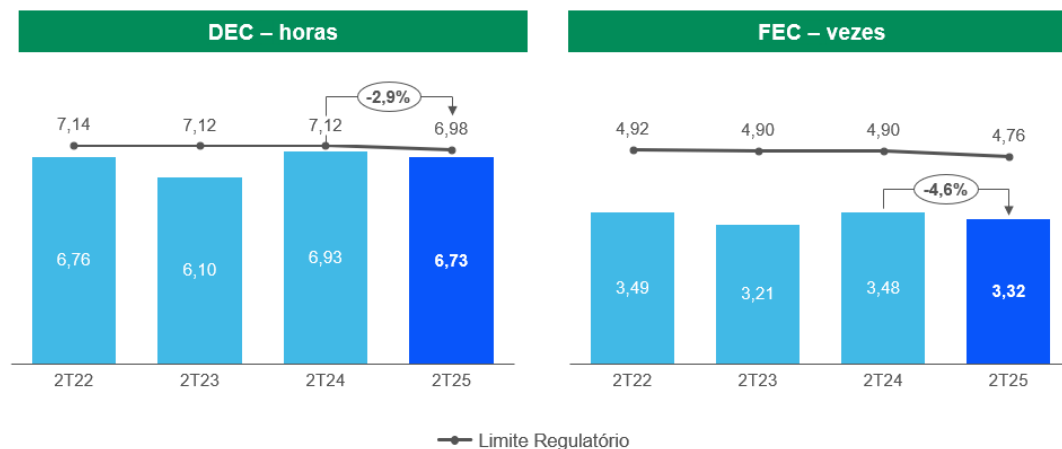
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Energia Requerida (GWh)	12.287,3	12.473,5	-1,5%	13.294,3	-7,6%	25.581,7	25.297,4	1,1%
Energia Distribuída (GWh)	11.138	11.467	-2,9%	11.743	-5,2%	22.881	22.745	0,6%
Mercado Cativo	6.985	7.625	-8,4%	7.684	-9,1%	14.668	15.317	-4,2%
Mercado Livre	4.153	3.842	8,1%	4.060	2,3%	8.213	7.428	10,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.149	1.007	14,2%	1.551	-25,9%	2.700	2.552	5,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	9,35%	8,07%	1,3 p.p.	11,67%	-2,3 p.p.	10,56%	10,09%	0,5 p.p.

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T25.

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento*

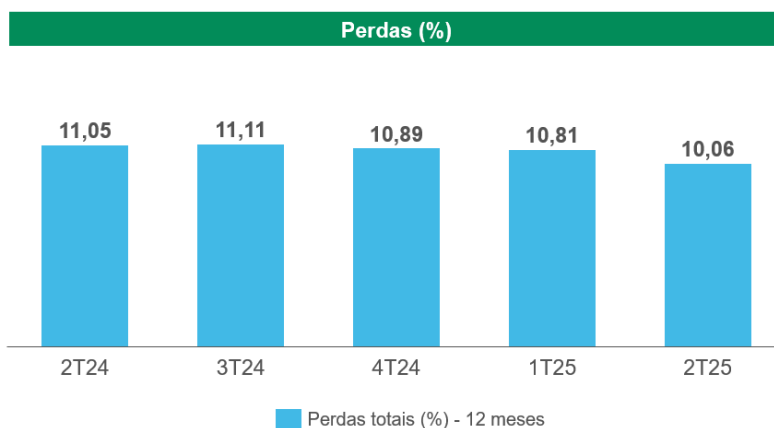


Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T25, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 2,9% e 4,6% respectivamente em relação ao mesmo período em 2024, reflexo, principalmente, das medidas que a Enel São Paulo vem tomando para melhorar a qualidade e resiliência da rede.

Destaca-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 6,98 / FEC: 4,76).

Disciplina de Mercado*



No 2T25 as perdas de energia, dos 12 últimos meses, alcançaram 10,06%, uma redução de 0,99 p.p. em relação às perdas registradas no 2T24 que foram de 11,05%.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T25. 3 O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 50,5 milhões, explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento na rubrica de Subvenção de Recursos da CDE na ordem de R\$ 28,4 milhões em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária;
- Aumento na linha de Outras Receitas Originadas de Contratos com Cliente na ordem de R\$ 39,9 milhões atribuído ao recebimento de processo com poder público de um dos municípios da área de concessão e parcialmente explicado pelo aumento no aluguel de postes;
- Queda linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 2T25, na ordem de R\$ 61,5 milhões, em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024;
- Aumento no DIC/FIC no 2T25 na ordem de 34,6% ou R\$ 7,3 milhões em comparação com o 2T24.

Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Queda de 3,0% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 2T25 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma redução de R\$ 164,5 milhões, explicado em partes pela migração de classes, além do efeito da queda de 2,9°C na temperatura média do 2T25 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior;
- Queda de R\$ 155,9 milhões na linha de Encargos do Consumidor – CCRBT, em função da vigência das bandeiras amarela e vermelha em maio e junho de 2025 respectivamente versus a vigência da bandeira verde durante todo o 2T24.

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 10,4 bilhões, representando um aumento de 9,3% (R\$ 887,1 milhões) em relação ao 6M24. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 6M25, alcançou o montante de R\$ 9,4 bilhões, um aumento de R\$ 605,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 8,8 bilhões. Este incremento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica do Ativo Financeiro Setorial Líquido na ordem de R\$ 604,8 milhões, relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 147,7 milhões, explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe;
- Aumento na rubrica de Subvenção de Recursos da CDE na ordem de R\$ 60,7 milhões em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifária;
- Aumento na rubrica de Atualização do Ativo Financeiro da Concessão na ordem de R\$ 51,9 milhões, devido a maior inflação registrada no período;
- Aumento na linha de Outras Receitas Originadas de Contratos com Cliente na ordem de R\$ 34,6 milhões atribuído ao recebimento de processo com poder público de um dos municípios da área de concessão e parcialmente explicado pelo aumento no aluguel de postes;
- Aumento de R\$24,4 milhões na linha de Encargos do Consumidor Proinfa devido a redução da cota de repasse do encargo;
- Queda na linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 6M25, na ordem de R\$ 123,1 milhões, em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024.

Tal efeito foi parcialmente compensado por:

- Queda de 2,3% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 6M25 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma redução de R\$ 263,3 milhões, explicado em partes pela migração de classes, além do efeito da queda de 2,9°C na temperatura média do 2T25 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior;

- Queda de R\$ 159,9 milhões na linha de Encargos do Consumidor – CCRBT, em função da vigência das bandeiras amarela e vermelha em maio e junho de 2025 respectivamente versus a vigência da bandeira verde durante todo o 2T24.
- Queda no DIC/FIC no 6M25 na ordem de 16,2% ou R\$ 9,1 milhões em comparação com o 6M24.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.394.241)	(1.915.628)	25,0%	(2.099.160)	14,1%	(4.493.401)	(3.823.565)	17,5%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(743.382)	(804.625)	-7,6%	(674.557)	10,2%	(1.417.939)	(1.641.081)	-13,6%
Total - Não Gerenciáveis	(3.137.623)	(2.720.253)	15,3%	(2.773.717)	13,1%	(5.911.340)	(5.464.646)	8,2%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(191.172)	(131.027)	45,9%	(189.693)	0,8%	(380.865)	(282.129)	35,0%
Previdência Privada	(1.891)	(1.997)	-5,3%	(1.378)	37,2%	(3.269)	(3.706)	-11,8%
Material e Serviços de Terceiros	(373.590)	(300.560)	24,3%	(298.700)	25,1%	(672.290)	(565.979)	18,8%
Depreciação e Amortização (D&A)	(333.926)	(245.575)	36,0%	(293.351)	13,8%	(627.277)	(479.231)	30,9%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(94.666)	(26.150)	>100,0%	(79.786)	18,6%	(174.452)	(101.386)	72,1%
Custo de Construção	(586.040)	(423.483)	38,4%	(473.580)	23,7%	(1.059.620)	(777.608)	36,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(28.934)	(25.148)	15,1%	(23.980)	20,7%	(52.914)	(55.950)	-5,4%
Perda de recebíveis de clientes	(45.030)	(65.793)	-31,6%	(81.850)	-45,0%	(126.880)	(135.075)	-6,1%
Provisão para ativo financeiro setorial	(112.552)	-	-	-	-	(112.552)	-	-
Receita de multas por impuntualidade de clientes	30.786	33.019	-6,8%	29.991	2,7%	60.777	66.425	-8,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	62.656	(12.015)	<-100,0%	(106.749)	-158,7%	(44.093)	(31.380)	40,5%
Total - Gerenciáveis	(1.674.359)	(1.198.729)	39,7%	(1.519.076)	10,2%	(3.193.435)	(2.366.020)	35,0%
Total - Gerenciáveis (excluindo custo de construção e D&A)	(754.393)	(529.671)	42,4%	(752.145)	0,3%	(1.506.538)	(1.109.181)	35,8%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.811.982)	(3.918.982)	22,8%	(4.292.793)	12,1%	(9.104.775)	(7.830.666)	16,3%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 4,8 bilhões no 2T25, um aumento de R\$ 893,0 milhões em comparação com o 2T24. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 3,1 bilhões, montante 15,3% (R\$ 417,4 milhões) superior ao registrado no 2T24, explicado por:

- Aumento na energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 478,6 milhões devido as condições hidrológicas e bandeiras tarifárias do período, implicando em maior custo.
- Compensado parcialmente pela queda na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 61,2 milhões devido a contabilização de alívio retroativo.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 2T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram um aumento de R\$ 313,1 milhões (40,4%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 60,1 milhões na rubrica de pessoal em decorrência do projeto *insourcing*, custo de pessoal técnico e pagamento de bônus anual;
- Aumento de R\$ 73,0 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, explicado pela intensificação das podas que atingiram 160 mil no período e maior número de ocorrências registradas;
- Aumento de R\$ 88,4 milhões na rubrica de Depreciação e Amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Piora de R\$ 68,5 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A variação da PDD da Enel SP ocorreu por dois fatores; (i) programa Desenrola do governo federal iniciado no final de 2023 até maio de 2024 reduzindo o Bad Debt em aproximadamente R\$ 60 milhões no ano de 2024 distorcendo o base de comparação no trimestre, (ii) Taxa Selic em junho/24 era de 10,5%, passou a 15% em junho/25;
- Aumento de R\$ 112,6 milhões na rubrica de provisão para ativo financeiro setorial relacionado à constituição de provisão de sobrecontratação involuntária, conforme detalhado na Nota Explicativa 28.3 (c2) das Demonstrações Financeiras;
- Aumento de R\$ 3,8 milhões na linha de Provisão Fiscal, Cível e Trabalhista, atribuído ao crescimento de processos cíveis e fiscais;

Tal efeito foi parcialmente compensados por:

- Melhora de R\$ 74,7 milhões em outras receitas/despesas operacionais atribuído parcialmente por recuperação de despesa relacionada à arrendamento de veículos e aumento de capitalizações;
- Queda da rubrica de Perdas de Recebíveis de Clientes de R\$ 20.8 milhões em razão de write off da dívida;

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 9,1 bilhões, um aumento de R\$ 1.274,1 milhões em comparação com o 6M24. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 5,9 bilhões, montante 8,2% (R\$ 446,7 milhões) superior ao registrado no 6M24, explicado por:

- Aumento na Energia Elétrica Comprada para Revenda na ordem de R\$ 669,8 milhões, em razão do aumento no custo de energia no 2T25 versus 2T24;
- Compensado parcialmente pela queda na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 223,2 milhões devido a contabilização de alívio retroativo.

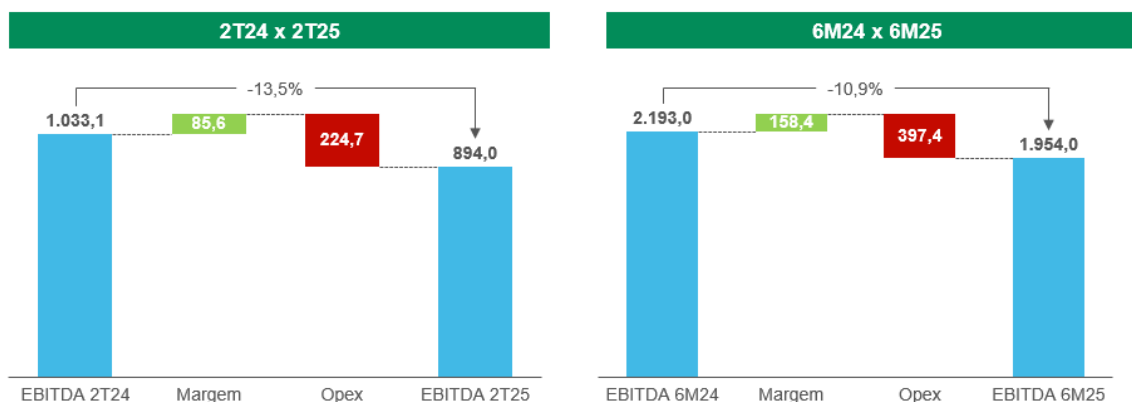
Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 6M25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram um aumento de R\$ 545.4 milhões (34.3%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 98,7 milhões na rubrica de pessoal em decorrência do projeto *insourcing* e pagamento de bonus anual;
- Aumento de R\$ 106,3 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, explicado pela intensificação das podas que atingiram 320 mil no período e maior número de ocorrências que totalizou 297 mil;
- Aumento de R\$ 148,0 milhões na rubrica de Depreciação e Amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Piora de R\$ 73,1 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A variação da PDD da Enel SP ocorreu por dois fatores; (i) Programa Desenrola do Governo Federal iniciado no final de 2023 até maio de 2024 reduzindo o Bad Debt em aproximadamente R\$ 60 milhões no ano de 2024 distorcendo a base de comparação no acumulado do ano, (ii) Taxa Selic em junho/24 era de 10,5%, passou a 15% em junho/25;
- Aumento de R\$ 112,6 milhões na rubrica de provisão para ativo financeiro setorial relacionado à constituição de provisão de sobrecontratação involuntária, conforme detalhado na Nota Explicativa 28.3 (c2) das Demonstrações Financeiras;

Tal efeito foi parcialmente compensado por:

- Queda da rubrica de Perdas de Recebíveis de Clientes de R\$ 8,2 milhões em razão de *write off* da dívida;
- Queda de R\$ 3.0 milhões na linha de Provisão Fiscal, Cível e Trabalhista.

EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 2T25 atingiu o montante de R\$ 894,0 milhões, representando uma redução de R\$ 139,1 milhões em relação ao 2T24 em decorrência de aumento do OPEX no período explicado acima.

Tal efeito foi parcialmente compensado por uma melhora da margem.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu EBITDA na ordem de R\$ 2,0 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 239,0 milhões em relação ao 6M24, seguindo as mesmas tendências observadas no trimestre.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	12.203	18.037	-32,3%	17.039	-28,4%	29.242	23.064	26,8%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	10.656	16.488	-35,4%	6.674	59,7%	17.330	19.267	-10,1%
Subvenções governamentais	-	1	-100,0%	-	-	-	59	-100,0%
Atualização de Créditos Tributários	6.015	19	>100,0%	21.078	-71,5%	27.093	1.626	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	16.382	11.918	37,5%	14.449	13,4%	30.831	32.691	-55,8%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	11.497	(10.085)	<-100,0%	25.348	-54,6%	36.845	(17.570)	<-100,0%
Ajuste MTM Dívida	4.379	103.378	-95,8%	154.630	-97,2%	159.009	213.273	-27,5%
Juros e variações monetárias - outros	66.701	71.219	-6,3%	59.636	11,8%	126.337	132.443	-55,0%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	1.470	5.922	-75,2%	30	>100,0%	1.500	6.696	-99,6%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	18.370	5.744	>100,0%	15.881	15,7%	34.251	16.343	-2,8%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(5.306)	(5.207)	1,9%	(5.427)	-2,2%	(10.733)	(9.348)	14,8%
Total - Receitas Financeiras	142.367	217.434	-34,5%	309.338	-54,0%	451.705	418.544	7,9%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(175.140)	(119.056)	47,1%	(149.934)	16,8%	(325.074)	(227.581)	42,8%
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(25.908)	(24.997)	3,6%	(65.963)	-60,7%	(91.871)	(78.285)	17,4%
Instrumentos Financeiros de hedge	(133.772)	(156.290)	-14,4%	(192.261)	-30,4%	(326.033)	(304.606)	7,0%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(30.200)	(5.799)	>100,0%	(5.885)	>100,0%	(36.085)	(12.253)	>100,0%
Subvenções governamentais	-	(1)	-100,0%	-	-	-	(59)	-100,0%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(12.481)	(8.131)	53,5%	(11.592)	7,7%	(24.073)	(4.433)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	5.429	2.074	>100,0%	3.591	51,2%	9.020	2.729	>100,0%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(14.390)	(14.132)	1,8%	(13.497)	6,6%	(27.887)	(24.784)	12,5%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(41.079)	(38.315)	7,2%	(22.466)	82,8%	(63.545)	(91.836)	-30,8%
Atualização Acordo Eletrobras	-	(2.151)	-100,0%	(326)	-100,0%	(326)	(3.437)	-90,5%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(73.976)	(115.177)	-35,8%	(130.796)	-43,4%	(204.772)	(267.142)	-23,3%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(5.812)	(6.507)	-10,7%	(42)	>100,0%	(5.854)	(8.087)	-27,6%
Juros e variações monetárias - outros	(57.635)	(56.900)	1,3%	(54.215)	6,3%	(111.850)	(119.754)	-6,6%
Outras Despesas Financeiras	3.998	(34.657)	<-100,0%	(3.715)	<-100,0%	283	(71.857)	<-100,0%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(28.349)	(71.780)	-60,5%	(51.299)	-44,7%	(79.648)	(145.261)	-45,2%
Total - Despesas Financeiras	(589.315)	(651.819)	-9,6%	(698.400)	-15,6%	(1.287.715)	(1.356.646)	-5,1%
Variações Cambiais	(1.879)	(2.694)	-30,3%	1.183	-258,8%	(696)	(2.816)	-75,3%
Variações cambiais - Empréstimos	61.689	(311.949)	<-100,0%	156.170	-60,5%	217.859	(389.830)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(61.682)	311.969	<-100,0%	(156.190)	-60,5%	(217.872)	389.856	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	(1.886)	(2.714)	-30,5%	1.203	<-100,0%	(683)	(2.842)	-76,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(448.827)	(437.079)	2,7%	(387.879)	15,7%	(836.706)	(940.918)	-11,1%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 2T25 com uma despesa líquida de R\$ 448,8 milhões, um aumento de R\$ 11,7 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada, principalmente, por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 133,4 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume da dívida e do CDI (14,03% 2T25 vs. 10,83% 2T24) e IPCA (2,99% 2T25 vs. 2,48% 2T24) entre os períodos analisados.
- Aumento de R\$ 24,4 milhões na rubrica de juros sobre obrigações de arrendamento financeiro.

Este efeito foi parcialmente compensado pela:

- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 65,0 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais;
- Redução de R\$ 38,3 milhões na rubrica de outras despesas financeiras, devido principalmente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia no 2T24, com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023, a qual não ocorreu no 2T25;
- Redução de R\$ 41,2 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados;

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 836,7 milhões, montante 11,1% (R\$ 104,2 milhões) inferior ao valor registrado no 6M24 (R\$ 940,9 milhões), devido a:

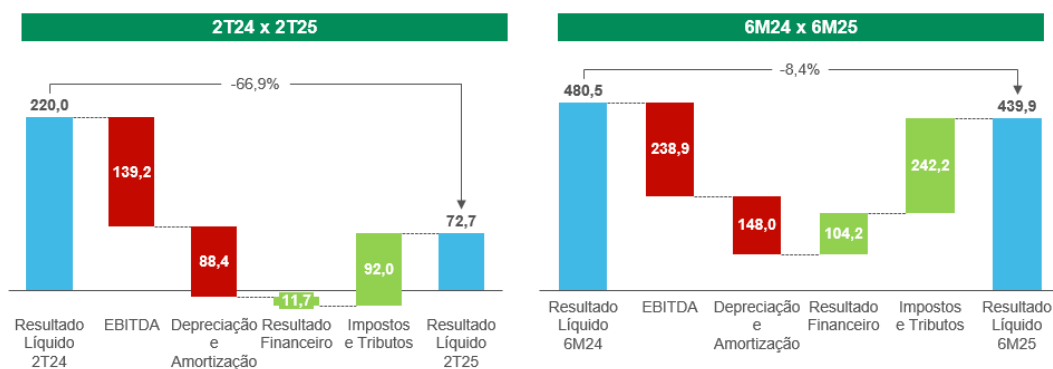
- Redução líquida de despesa no montante de R\$ 120,0 milhões nas rubricas de atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais;

- Redução de R\$ 62,3 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados;
- Redução de R\$ 72,1 milhões na rubrica de outras despesas financeiras, devido principalmente aos descontos relacionados à medida de apoio implementada pela Companhia nos 6M24, com a isenção do pagamento da conta de energia durante 3 meses para clientes elegíveis, desde dezembro de 2023, a qual não ocorreu no primeiro semestre de 2025;
- Redução de R\$ 28,2 milhões na rubrica de atualização monetária de processos judiciais e outros.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 186,8 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume de dívida e de CDI (14,03% 2T25 vs. 10,83% 2T24) e IPCA (2,99% 2T25 vs. 2,48% 2T24) entre os períodos analisados.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 72,7 milhões no 2T25, o que representa uma queda de 66,9% (R\$ 147,3 milhões) em relação ao 2T24, explicada principalmente pela queda do EBITDA e aumento da Depreciação e Amortização, compensado parcialmente pelo impacto positivo na linha de Impostos e Tributos. O efeito na linha de Impostos e Tributos deve-se a redução do lucro antes dos impostos na comparação 2T25 vs. 2T24 acarretando redução de arrecadação e menor impacto de adição permanente, principalmente pelas perdas indedutíveis do contas a receber relacionado a baixa do programa desenrola Brasil, cujo impacto se deu em 2024.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu lucro de R\$ 439,9 milhões, representando uma redução de 8,4% ou R\$ 40,6 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, resultado do menor EBITDA e aumento da Depreciação e Amortização, compensado parcialmente pelo resultado financeiro e Impostos e Tributos, devido em grande parte ao impacto positivo de R\$ 117,8 milhões na linha de impostos, registrado no 1T25, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, houve uma redução do lucro antes dos impostos na comparação 6M25 vs. 6M24 acarretando redução de arrecadação e menor impacto de adição permanente, principalmente pelas perdas indedutíveis do contas a receber relacionado a baixa do programa desenrola Brasil, cujo impacto se deu em 2024.

Endividamento

INDICADORES DE ENDEVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.711.021	6.963.449	39,46%	9.324.140	4,15%	9.711.021	6.963.449	39,46%
(-) Disponibilidades	(608.077)	(587.294)	3,54%	(1.034.169)	-41,20%	(608.077)	(587.294)	3,54%
Dívida Líquida	9.102.944	6.376.155	42,77%	8.289.971	9,81%	9.102.944	6.376.155	42,77%
EBITDA (3)	4.041.911	4.135.173	-2,26%	4.181.076	-3,33%	4.041.911	4.135.173	-2,26%
Dívida Bruta / EBITDA	2,40	1,68	42,67%	2,23	7,74%	2,40	1,68	42,67%
Dívida Líquida / EBITDA	2,25	1,54	46,06%	1,98	13,59%	2,25	1,54	46,06%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,62	0,58	8,00%	0,61	2,48%	0,62	0,58	8,00%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,61	0,56	9,46%	0,58	4,85%	0,61	0,56	9,46%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

A Dívida Bruta³ da Companhia encerrou 2T25 em R\$ 9.711 milhões, um aumento de R\$ 2.747 milhões em relação ao 2T24. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 4.921 milhões para financiamento de investimentos, e (ii) provisões de encargos de R\$ 989 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 3.136 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período o valor de R\$ 27 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Dentre às liquidações realizadas, destacam-se as operações dos empréstimos com o BNP Paribas no total de R\$ 1.350 milhões e com o Scotiabank no total de R\$ 509 milhões realizadas no primeiro semestre do ano de 2025; a liquidação da 1ª série da 24ª emissão de debêntures no total de R\$ 350 milhões, realizada em maio/25; e a liquidação do empréstimo com o MUFG no valor de R\$ 200 milhões realizada em setembro de 2024.

A Companhia encerrou 2T25 com o custo médio da dívida em 14,80% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2025 é de R\$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho Nº 1.916/2024, no valor de até R\$ 4.000 milhões. Esse montante foi ampliando para até 5.250 milhões por meio do Despacho Nº 1.989, de 30 de junho de 2025.

Do total de dívida no passivo circulante, parte refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 515 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário. A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 30 de junho de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 524 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 2T25, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2025. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures e empréstimos bancários:

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	2T25
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	9.711.021
Fundo de Pensão	2.802.157
(-) Disponibilidades	(608.077)
Dívida Líquida	11.905.101
EBITDA (1) (12 meses)	4.041.911
(+)PDD	503.370
(+)Contingências	117.121
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	7.073
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	44.935
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª, 27ª e 28ª Emissão	4.714.410

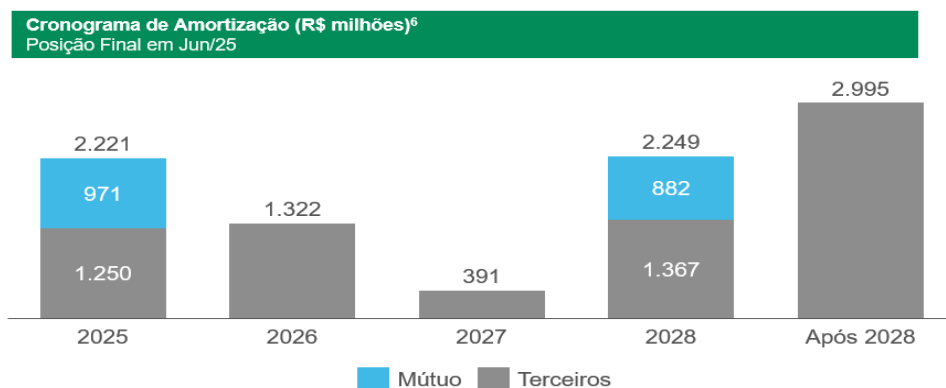
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª, 27ª e 28ª Debênture, SCOTIA	2,53
---	------

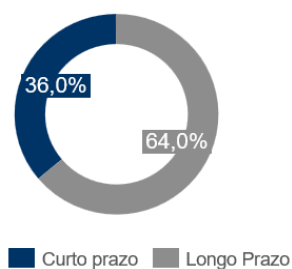
³ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁴



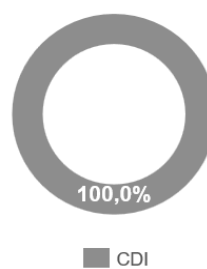
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP⁵

Posição Final em Jun/25



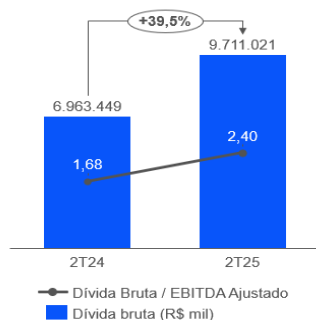
Abertura Dívida Bruta – Indexadores⁵

Posição Final em Jun/25



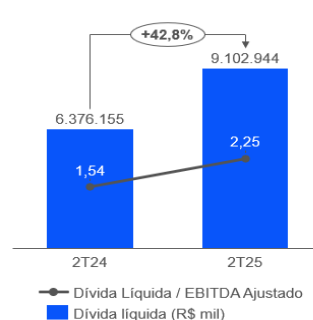
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezez)

Evolução 2T24 x 2T25



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)

Evolução 2T24 x 2T25



Classificação de Riscos (Rating)

⁴ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

⁵ Não considera previdência.

Em 27 de agosto de 2024, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Em 22 de julho de 2025 a Moody's Brasil afirmou o Rating de Emissor e das debêntures da Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A. em AAA.br, com perspectiva estável.

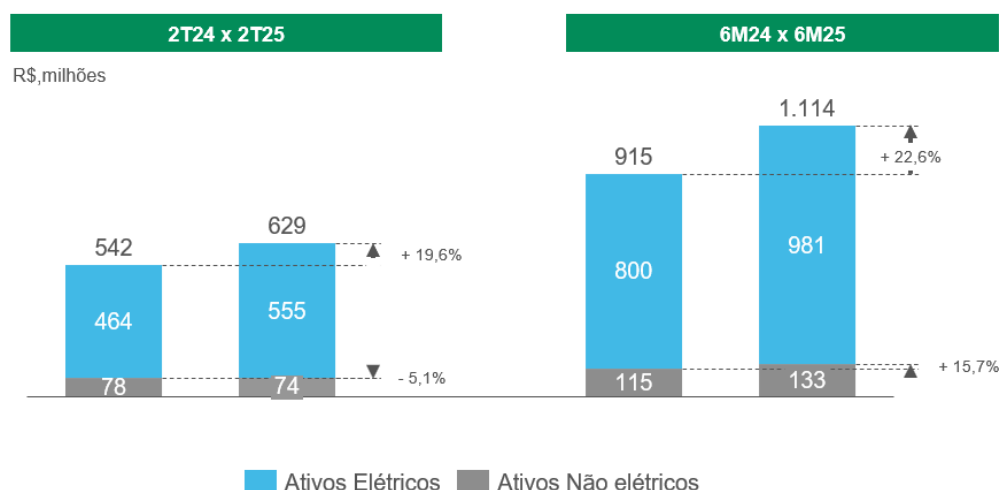
Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Manutenção	150.243	130.941	14,7%	138.590	8,4%	288.833	239.907	20,4%
Crescimento	314.757	288.086	9,3%	221.160	42,3%	535.917	435.216	23,1%
Novas Conexões	132.282	73.312	80,4%	114.208	15,8%	246.490	183.736	34,2%
Financiado pela Companhia	597.281	492.338	21,3%	473.958	26,0%	1.071.240	858.859	24,7%
Financiado pelo Cliente	32.133	50.169	-36,0%	10.504	205,9%	42.637	56.287	-24,3%
Total	629.414	542.507	16,0%	484.463	29,9%	1.113.877	915.146	21,7%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Ativos Elétricos e Não Elétricos



Durante o 2T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 2T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 2T25 o total de R\$ 629,4 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 150,2 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 314,8 milhões.

No acumulado do ano, os investimentos totalizaram R\$ 1,1 bilhão, representando um crescimento de 21,7% em relação ao 6M24, com destaque para os investimentos em crescimento.

Plano de Investimentos

Em novembro de 2024, a Enel São Paulo apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que estão em implementação, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes. Dentre as iniciativas apresentadas pela distribuidora, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações apresentadas pela companhia:

- Aumento de pessoal próprio: contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- Investimento em infraestrutura: ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- Novos protocolos de atuação em caso de contingência: ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- Podas de árvores: proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;
- A companhia reiterou seu compromisso de participação no Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), que passa a integrar de forma permanente para auxiliar as autoridades no atendimento às ocorrências no município.
- Enel e prefeitura sugeriram a criação de uma força-tarefa conjunta e um canal de comunicação para priorizar o atendimento das necessidades estratégicas do município. Com um grupo de trabalho integrado com a prefeitura, a distribuidora vai acompanhar de perto as demandas da administração pública.

6 ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Indicadores ASG - Enel São Paulo

Indicadores

	2T25	2T24
Força de trabalho	19.048	16.611
Colaboradores próprios (unit)	4.759	4.039
Colaboradores terceirizados (unit)	14.289	12.572
% de mulheres na Empresa	13,8%	15,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	31,2%	27,8%
Taxa de Rotatividade (2)	8,5%	4,4%
Número de membros no conselho (unit)	7	9
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	28,6%	33,3%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	48.775	148.313
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	99%	96%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	6	3
Realização de ECoS Ambiental (5)	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 2T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final do ano passado ;(4) Meta 2025: 11 ; (5) Meta 2025: 1

7 ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2025, Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 13,94%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	+6,44%
Energia Comprada	+1,38%
Encargos de Transmissão	-0,52%
Parcela A	+7,31%
Parcela B	+1,02%
Reajuste Econômico	+8,32%
CVA Total	+0,78%
Outros Itens Financeiros	-3,13%

Reajuste Financeiro	-2,35%
Índice de Reajuste Total	+5,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+7,97%
Efeito para o consumidor	+13,94%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +10,34%, representando +7,31% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais: R\$ 6.518 milhões. Um aumento de +27,81%, representando +6,44% no reajuste econômico em função principalmente do encargo CDE Uso e GD;

Energia Comprada: R\$ 8.287 milhões. Aumento de +3,81% decorrem principalmente da elevação do montante contratual dos CCEAR por quantidade. O custo de compra de energia representa +1,38% no reajuste econômico, e;

Encargos de Transmissão: R\$ 2.358 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -4,61%, correspondendo a um efeito de -0,52% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +3,47%, representando uma participação de +1,02% no reajuste econômico. Ademais, foi homologado o Fator X de 2,61%, composto por:

Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,014%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;

Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,11%; e componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,486%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 235.888; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

O reajuste tarifário médio de +13,94% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+15,77%
Baixa Tensão	+13,47%
Efeito Médio	+13,94%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de aflúncias estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentado a geração térmica.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2024	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	110,77	75,80	254,18	599,72	286,80	61,07
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35						
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

ANEXO 1

	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Receita Operacional Bruta	8.182.722	7.456.319	9,7%	15.958.022	15.051.856	6,0%
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	5.367.763	5.532.259	-3,0%	11.077.742	11.341.036	-2,3%
CVA	921.558	292.843	>100,0%	1.121.276	516.519	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	859.555	809.048	6,2%	1.739.514	1.591.773	9,3%
Receita de Construção	586.040	423.484	38,4%	1.059.620	777.609	36,3%
Outras Receitas	447.806	398.685	12,3%	959.870	824.919	16,4%
Deduções da Receita Operacional	(2.810.682)	(2.749.762)	2,2%	(5.526.466)	(5.507.420)	0,3%
Receita Operacional Líquida	5.372.040	4.706.557	14,1%	10.431.556	9.544.436	9,3%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.137.623)	(2.720.253)	15,3%	(5.911.340)	(5.464.646)	8,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.394.241)	(1.915.628)	25,0%	(4.493.401)	(3.823.565)	17,5%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(743.382)	(804.625)	-7,6%	(1.417.939)	(1.641.081)	-13,6%
Custo/Despesa Operacional	(1.674.359)	(1.198.729)	39,7%	(3.193.435)	(2.366.020)	35,0%
Pessoal	(191.172)	(131.027)	45,9%	(380.865)	(282.129)	35,0%
Material e Serviços de terceiros	(373.590)	(300.560)	24,3%	(672.290)	(565.979)	18,8%
Depreciação e amortização	(333.926)	(245.575)	36,0%	(627.277)	(479.231)	30,9%
Provisões	(123.600)	(51.298)	>100,0%	(227.366)	(157.336)	44,5%
Custo de construção	(586.040)	(423.483)	38,4%	(1.059.620)	(777.608)	36,3%
Provisão para ativo financeiro setorial	(112.552)	-	-	(112.552)	-	-
Outros	(16.135)	(34.771)	-53,6%	(69.372)	(72.356)	-4,1%
Outras receitas/despesas operacionais	62.656	(12.015)	<-100,0%	(44.093)	(31.380)	40,5%
EBITDA	893.984	1.033.150	-13,5%	1.954.058	2.193.001	-10,9%
EBIT	560.058	787.575	-28,9%	1.326.781	1.713.770	-22,6%
Resultado Financeiro	(448.827)	(437.079)	2,7%	(836.706)	(940.918)	-11,1%
Receita Financeira	142.367	217.434	-34,5%	451.705	418.544	7,9%
Despesa Financeira	(589.315)	(651.819)	-9,6%	(1.287.715)	(1.356.646)	-5,1%
Variações Cambiais	(1.879)	(2.694)	-30,3%	(696)	(2.816)	-75,3%
Resultado antes dos impostos	111.231	350.496	-68,3%	490.075	772.852	-36,6%
IR/CS	(38.488)	(130.519)	-70,5%	(50.179)	(292.359)	-82,8%
Lucro/Prejuízo Líquido	72.743	219.977	-66,9%	439.896	480.493	-8,4%

Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Enel Distribuição São Paulo

CNPJ: 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 30 de junho de 2025

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas**Enel Distribuição São Paulo****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	604.552	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	6	3.525	6.394
Contas a receber de clientes	7	3.850.260	3.727.553
Créditos a receber - subvenção e outros	8	250.200	209.799
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	368.385	192.123
Outros tributos compensáveis	9	490.136	509.927
Despesas pagas antecipadamente		85.156	46.588
Almoxarifado		40.895	44.071
Serviços em curso		237.344	226.026
Instrumentos financeiros derivativos	28	280.387	101.101
Outros créditos		418.876	388.335
Total do ativo circulante		6.629.716	6.466.549
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes	7	29.360	31.417
Outros tributos compensáveis	9	2.598.758	2.623.818
Depósitos vinculados		745.175	712.427
Tributos diferidos	26	1.694.387	1.722.573
Benefício fiscal	11	1.686.533	1.722.363
Instrumentos financeiros derivativos	28	254.883	483.963
Outros créditos		131.854	51.010
Investimento		38.736	38.454
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.167.647	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	10.086.348	9.324.702
Imobilizado	13	474.723	180.373
Intangível	12.3	3.405.500	3.549.958
Total do ativo não circulante		23.313.904	22.497.415
Total do ativo		29.943.620	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	14	3.264.668	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	16	2.514.150	1.995.522
Debêntures	17	1.113.722	394.619
Obrigações por arrendamentos		134.317	59.421
Outras obrigações fiscais		449.313	470.765
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		100.638	100.638
Salários, provisões e encargos sociais		128.216	121.560
Encargos setoriais	15	554.576	445.746
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	190.140	805.454
Passivo financeiro setorial	10	222.628	1.049.306
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	5.331	5.892
Instrumentos financeiros derivativos	28	135.243	65.672
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	227.871	169.853
Outras obrigações		962.206	917.405
Total do passivo circulante		10.003.019	10.010.779
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	16	2.789.843	2.217.431
Debêntures	17	3.671.690	3.221.717
Obrigações por arrendamentos		357.018	125.208
Encargos setoriais	15	122.165	112.491
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	2.476.630	2.111.591
Passivo financeiro setorial	10	647.913	268.025
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	3.127.370	4.395.560
Instrumentos financeiros derivativos		21.643	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	713.177	756.525
Outras obrigações		145.816	115.367
Total do passivo não circulante		14.073.265	13.323.915
<u>Patrimônio líquido</u>	21		
Capital social		4.532.525	4.532.525
Reserva de capital		638.674	638.674
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		225.381	458.071
Lucros acumulados		470.756	-
Total do patrimônio líquido		5.867.336	5.629.270
Total do passivo		29.943.620	28.963.964

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Receita Líquida	23	5.226.479	10.285.995	4.706.556	9.544.436
Custo	24	(4.492.278)	(8.403.670)	(3.675.971)	(7.289.322)
Lucro bruto		734.201	1.882.325	1.030.585	2.255.114
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	24				
Despesas gerais e administrativas		(217.434)	(368.430)	(180.300)	(355.397)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(139.696)	(301.332)	(91.943)	(236.461)
Outras receitas (despesas) operacionais		182.987	114.218	29.232	50.514
Total despesas operacionais		(174.143)	(555.544)	(243.011)	(541.344)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		560.058	1.326.781	787.574	1.713.770
<u>Resultado financeiro</u>	25				
Receitas financeiras		142.367	451.705	217.433	418.543
Despesas financeiras		(589.315)	(1.287.715)	(651.819)	(1.356.646)
Variações cambiais líquidas		(1.879)	(696)	(2.694)	(2.816)
Total do resultado financeiro		(448.827)	(836.706)	(437.080)	(940.919)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		111.231	490.075	350.494	772.851
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	26				
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	117.809	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(38.488)	(167.988)	(130.519)	(292.359)
Total dos tributos sobre o lucro		(38.488)	(50.179)	(130.519)	(292.359)
Lucro líquido do período		72.743	439.896	219.975	480.492
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	22	0,2432	1,4709	0,8235	2,0720

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Lucro líquido do período		72.743	439.896	219.975	480.492
<u>Outros resultados abrangentes</u>					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	19	(329.930)	(329.930)	501.674	501.674
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	26	112.176	112.176	(170.570)	(170.570)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	28	12.155	24.128	9.607	21.077
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	26	(4.133)	(8.204)	(3.267)	(7.167)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		(136.989)	238.066	557.419	825.506

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.079.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722	-	-	(4.762.527)	2.822.916
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	480.492	-	480.492
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	(1.453.000)	1.954.674	501.674
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	494.020	(664.590)	(170.570)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	21.077	21.077
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(7.167)	(7.167)
Transações com os acionistas									
Aumento de capital	1.453.000	-	-	-	-	-	-	-	1.453.000
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	46.910	(46.910)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(15.950)	15.950	-
Saldo em 30 de junho de 2024	4.532.525	2.267.883	547	196.766	2.040.722	(447.528)	-	(3.489.493)	5.101.422
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.532.525	638.127	547	-	-	-	-	458.071	5.629.270
Resultado abrangente total:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	439.896	-	439.896
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(329.930)	(329.930)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	112.176	112.176
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	24.128	24.128
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(8.204)	(8.204)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	46.757	(46.757)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(15.897)	15.897	-
Saldo em 30 de junho de 2025	4.532.525	638.127	547	-	-	-	470.756	225.381	5.867.336

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXASemestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do período	439.896	480.492
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	627.277	479.231
Variações monetárias	(14.557)	(47.216)
Variações cambiais da dívida	(217.859)	389.834
Marcação a mercado da dívida	127.507	(182.944)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	217.872	(389.856)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(136.315)	169.688
Atualização do ativo financeiro da concessão	(271.027)	(219.078)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	174.452	101.386
Perda de recebíveis de clientes	126.880	135.075
Provisão para ativo financeiro setorial	112.552	-
Atualização monetária de processos judiciais	63.545	91.836
Provisões para processos judiciais e outros riscos	49.263	60.890
Juros sobre obrigações de arrendamento	36.085	12.253
Juros sobre empréstimos e financiamentos	411.434	300.308
Juros sobre operações com instrumento derivativo	175.832	182.873
Benefício pós-emprego	206.896	270.458
Baixa de ativo financeiro	13.905	1.493
Baixa de ativo intangível	22.465	2.929
Constituição de custos de transação	5.511	5.612
Amortização dos custos de transação	(9.463)	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	167.988	292.359
<u>(Aumento) redução dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(414.086)	50.284
Créditos a receber - subvenção e outros	(40.401)	(50.028)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(147.901)	8.663
Outros tributos compensáveis	44.851	333.775
Despesas pagas antecipadamente	(38.568)	(22.312)
Almoxarifado	3.176	1.690
Serviços em curso	(11.318)	70.826
Outros créditos	(125.000)	(21.722)
<u>Aumento (redução) dos passivos</u>		
Fornecedores	(176.313)	(163.394)
Outras obrigações fiscais	(21.452)	(31.967)
Salários, provisões e encargos sociais	6.656	1.890
Encargos setoriais	100.313	20.895
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(250.275)	(821.117)
Passivo financeiro setorial	(559.342)	755.512
Outras obrigações	75.250	89.462
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros	(200.254)	(198.640)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(31.266)	(12.543)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(205.833)	(213.172)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(124.075)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(1.805.577)	(1.948.554)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(98.138)	(101.827)

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobrás	-	(56.817)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.565.339)	(295.548)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	-	(6)
Adições para ativo contratual	(1.104.856)	(904.771)
Adições para ativo intangível	(18.750)	(7.735)
Consumidores participação financeira	86.310	104.061
Aplicações/resgates em investimento de curto prazo	2.869	(373)
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	(90)	(113.730)
Recebimento de venda de ativo imobilizado	5.809	5.587
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.028.708)	(916.967)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Aumento de capital	-	1.453.000
Captação de empréstimos e financiamentos	3.106.800	1.951.417
Captação de debêntures	1.350.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.972.580)	(1.592.309)
Pagamento de debêntures (principal)	(350.000)	(350.000)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(63.833)	(33.506)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(59.500)
Pagamento (recebimento) de instrumento financeiro derivativo (principal)	113.580	(36.329)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	2.183.967	1.332.773
Variação no caixa líquido	(410.080)	120.258
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.014.632	460.692
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	604.552	580.950

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADOSemestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 31.06.2025	01.01.2024 a 31.06.2024
1. Receitas	15.656.690	14.815.395
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	15.958.022	15.051.856
Fornecimento de energia elétrica	9.742.564	10.243.677
Outras receitas - originadas de contratos de clientes	3.027.677	2.796.645
Outras receitas	2.128.161	1.233.925
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.059.620	777.609
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(301.332)	(236.461)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(8.280.149)	(7.278.603)
Materiais	(470.686)	(301.624)
Outros custos operacionais	(172.507)	(56.819)
Custo de energia comprada e transmissão	(6.453.908)	(5.983.825)
Serviço de terceiros	(1.183.048)	(936.335)
3. Valor adicionado bruto	7.376.541	7.536.792
4. Retenções	(655.641)	(502.355)
Depreciação e amortização	(655.641)	(502.355)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.720.900	7.034.437
6. Valor adicionado recebido em transferência	451.705	418.543
Receitas financeiras	451.705	418.543
7. Valor adicionado total a distribuir	7.172.605	7.452.980
8. Distribuição do valor adicionado	7.172.605	7.452.980
Empregados (Colaboradores)	354.220	292.275
Salários e encargos	221.909	197.204
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	3.865	(9.571)
Benefícios	111.703	88.357
FGTS	16.743	16.285
Tributos (Governo)	5.098.700	5.320.079
Federais	662.179	878.378
Imposto de renda e contribuição social	50.179	292.359
COFINS	438.290	434.424
PIS	95.075	94.354
INSS	57.823	39.014
Encargos sociais - outros	20.812	18.227
Estaduais	2.176.145	2.204.589
ICMS	2.165.182	2.196.715
Outros estaduais	10.963	7.874
Municipais	24.406	18.276
ISS	169	163
IPTU	24.237	18.190
Outros municipais	-	(77)
Encargos setoriais	2.235.970	2.218.836
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.979.485	2.102.586
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	88.139	84.857
Encargos do consumidor - PROINFA	(5.022)	19.394
Encargos do consumidor - CCRBT	159.403	(511)
Taxa de fiscalização - ANEEL	13.965	12.510
Remuneração de capitais de terceiros	1.279.789	1.360.134
Juros	1.288.411	1.359.462
Aluguéis	(8.622)	672
Remuneração de capitais próprios	439.896	480.492
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(30.860)	(30.960)
Lucros retidos	470.756	511.452

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

1. Contexto operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 15 de junho de 2028 (Nota explicativa nº. 1.3).

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 4 de julho de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 04 de julho de 2025 (vide nota explicativa nº 32).

1.1 Eventos climáticos

No dia 3 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia, em especial a capital paulista, enfrentou tempestade severa, acompanhada por ventos de magnitude muito superior em relação às previsões dos institutos climáticos. A velocidade dos ventos, até então, foi a maior registrada pelo Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) nos últimos cinco anos. Segundo a escala de Beaufort, tratou-se de uma tempestade violenta, um grau abaixo do nível correspondente a um furacão, que atingiu a área de concessão da Companhia.

A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados pela rede. Em menos de 3 horas, diversas unidades consumidoras foram afetadas. A Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros foram acionados para atendimento das ocorrências. Somente na Grande São Paulo foram diversos chamados para quedas de árvores, impactando extensamente a rede de distribuição da Companhia, além da queda de postes, substituição de condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores.

Plano de Melhoria

Em abril de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e da modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Companhia são: aumento de pessoal próprio, investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência e podas de árvores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Frente a essa situação, a Companhia vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade do evento, mantemos a nossa capacidade plena de garantir a continuidade operacional. Para isso, implementamos novas medidas com o objetivo de sustentar e aprimorar nossa performance operacional, inclusive melhorando indicadores como tempo médio de atendimento ao cliente.

A Companhia cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Companhia.

Penalidades e ações judiciais

Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 (“AI”) determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco possível de perda – vide nota explicativa nº 20.2.3 (a).

Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 20.2.1 (b).

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT (“TI”), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Companhia apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Companhia subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação para o período apontado. A execução do Plano se deu de forma exitosa, tendo sido devidamente reportada à Aneel.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. A ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

1.3 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto 12.068/2024. O processo de prorrogação da concessão da Companhia encontra-se em trâmite na Aneel, conforme previsto na regulamentação vigente. A assinatura no novo contrato de concessão está prevista para ocorrer a partir de 25 de agosto de 2025.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 27 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de julho de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no semestre findo em 30 de junho de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
Projeto de Definição de Padrões Comentário da Administração	Para ajudar a administração a identificar informações que são relevantes no contexto dos comentários da administração e evitar as deficiências na qualitativas, o IASB decidiu: (a) fornecer uma definição de informação relevante no contexto de comentários da administração; (b) enfatizar que o objetivo do comentário da administração está focado em um conjunto claramente definido de usuários primários de relatórios contábeis de propósito geral, sem considerar as necessidades de informação que são exclusivas de usuários específicos; (c) introduzir uma ligação explícita entre o objetivo dos comentários da administração e as avaliações feitas pelos usuários; (d) introduzir requisitos para que os comentários da administração se concentrem em questões-chave e forneçam orientação sobre a identificação dessas questões-chave, incluindo exemplos de questões-chave para cada área de conteúdo;	31 de dezembro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente reconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de junho de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs ® Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)
IFRS 7 - Contratos de compra de energia	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2027

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2024

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 2 de julho de 2024, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2024, conforme Resolução Homologatória nº 3.339/2024.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com efeito negativo de -9,05% composto por reajuste econômico de -2,57% e componente financeiro de -6,48%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +6,61%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,43%, sendo -3,52% e -2,11% para alta e baixa tensão.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 1.554.691, dentre os quais destacam-se: R\$ 245.938 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 844.670; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 734.969; sendo estes valores parcialmente compensados por meio da componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 642.190.

Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De dezembro de 2024 a abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média.

Em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluições estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	5.1		
CDB (Aplicações diretas)		804	757
Operações compromissadas		308.150	665.715
		308.954	666.472
Numerário			
Numerário disponível		78.316	176.295
Numerário em trânsito	5.2	217.282	171.865
		295.598	348.160
Total		604.552	1.014.632

- 5.1 Representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No semestre findo em 30 de junho de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,58% e 94,95% do CDI, respectivamente (98,74% e 80,06% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).
- 5.2 Representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos não exclusivos	6.1	3.482	-
		3.482	-
Fundos de investimentos exclusivos	6.2		
Títulos públicos		27	-
CDB-DI		8	6.394
LF – Letra Financeira		8	-
		43	6.394
Total		3.525	6.394

- 6.1 Fundos de investimento não exclusivos, são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.
- 6.2 O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,02% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de junho de 2025 (0,05% em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.06.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	30.06.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	593.764	384.479	72.619	169.594	331.793	1.795.191	3.347.440	(1.837.837)	1.509.603
Industrial	38.215	12.709	898	8.434	6.025	71.694	137.975	(66.540)	71.435
Comercial	219.883	44.918	5.299	13.317	24.512	155.470	463.399	(157.451)	305.948
Rural	308	93	4	12	21	283	721	(270)	451
Poder público	50.080	8.069	1.037	2.644	3.915	9.871	75.616	(8.034)	67.582
Iluminação pública	2.345	1.010	13	108	227	8.392	12.095	(377)	11.718
Serviço público	18.991	101	7	1	227	504	19.831	(398)	19.433
Fornecimento faturado	923.586	451.379	79.877	194.110	366.720	2.041.405	4.057.077	(2.070.907)	1.986.170
Receita não faturada	1.335.178	-	-	-	-	-	1.335.178	(701)	1.334.477
Parcelamento de débitos	287.951	43.656	13.829	38.246	79.269	558.149	1.021.100	(538.617)	482.483
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	9.977	9.977	(74)	9.903
Serviços cobráveis	1.840	827	145	282	9	14	3.117	(282)	2.835
Encargos de uso da rede	961	-	-	-	707	113	1.781	-	1.781
Participação financeira - consumidor	151	32.776	197	4.303	116	411	37.954	-	37.954
Ressarcimento - leilões de energia	24.017	-	-	-	-	-	24.017	-	24.017
Total	2.573.684	528.638	94.048	236.941	446.821	2.610.069	6.490.201	(2.610.581)	3.879.620
									Circulante
									3.850.260
									Não circulante
									29.360

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30.06.2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024	
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias				
Classe de consumidores										
Residencial	326.584	486.604	89.483	182.012	297.692	1.642.841	3.025.216	(1.638.695)	1.386.521	
Industrial	38.324	17.769	856	2.966	6.852	71.765	138.532	(134.618)	3.914	
Comercial	225.573	66.458	6.347	12.660	29.128	148.169	488.335	(117.851)	370.484	
Rural	242	99	5	11	30	271	658	(250)	408	
Poder público	51.935	16.089	3.787	3.079	5.929	8.278	89.097	(6.628)	82.469	
Iluminação pública	2.429	5.424	1.023	443	976	8.249	18.544	(759)	17.785	
Serviço público	30.892	1.562	11	271	128	467	33.331	(384)	32.947	
Fornecimento faturado	675.979	594.005	101.512	201.442	340.735	1.880.040	3.793.713	(1.899.185)	1.894.528	
Receita não faturada	1.340.712	-	-	-	-	-	1.340.712	(618)	1.340.094	
Parcelamento de débitos	281.193	48.811	16.009	42.629	74.055	530.415	993.112	(527.901)	465.211	
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	11.324	11.324	(121)	11.203	
Serviços cobráveis	1.591	876	224	413	10	12	3.126	(408)	2.718	
Encargos de uso da rede	1.644	-	-	-	-	113	1.757	-	1.757	
Participação financeira - consumidor	4.087	10.081	-	156	61	1.248	15.633	-	15.633	
Ressarcimento - leilões de energia	27.826	-	-	-	-	-	27.826	-	27.826	
Total	2.333.032	653.773	117.745	244.640	414.861	2.423.152	6.187.203	(2.428.233)	3.758.970	
									Circulante	3.727.553
									Não circulante	31.417

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.272.352)	(32.032)	(2.304.384)
Provisões	(235.517)	(4.361)	(239.878)
Perda	138.273	219	138.492
Saldo em 30 de junho de 2024	(2.369.596)	(36.174)	(2.405.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.428.233)	(33.712)	(2.461.945)
Provisões/reversões	(309.703)	6.852	(302.851)
Perda	127.355	1.044	128.399
Saldo em 30 de junho de 2025	(2.610.581)	(25.816)	(2.636.397)

A Companhia monitora diligentemente os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus impactos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber reflete a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para maximizar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, tais como: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia em dia ; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2025	30.06.2024
Provisões	(302.851)	(239.878)
Receita com recuperação de perdas	1.519	3.417
Total	(301.332)	(236.461)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Baixa renda - subsídio CDE		54.209	55.956
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente		140.473	151.504
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	8.1	53.179	-
Bônus - redução voluntária de consumo		2.339	2.339
Total		250.200	209.799

8.1 Em dezembro de 2024, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) e baixa renda para a instituição financeira na data da transação. Não houve operação de cessão de recebíveis em 30 de junho de 2025.

9. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 30 de junho de 2025, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis			
Imposto de renda	9.1	159.196	52.662
Contribuição social	9.1	64.361	25.068
Imposto de renda retido na fonte – IRRF		144.828	114.393
Total		368.385	192.123

9.1 Sobre os saldos está sendo contemplado o montante de R\$ 117.809 referente de saldo negativo relacionado a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023. O referido montante está relacionado com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 20, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de débitos tributários (Tema 962). Quanto ao tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, relacionados ao mesmo tema, a Companhia segue discutindo judicialmente, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.3. No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 27.056 referente à atualização financeira dos impostos a compensar.

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

		30.06.2025		31.12.2024	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		141.621	206.667	165.860	187.454
Pis e COFINS		56.004	-	51.556	-
Pis e COFINS (ICMS)	9.2	292.374	2.392.091	292.374	2.436.364
INSS		137	-	137	-
Total		490.136	2.598.758	509.927	2.623.818

9.2 Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (nota explicativa nº. 18).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo do semestre findo em 30 de junho de 2025 estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	(-) Provisão	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.06.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA													
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	10.2	(9.158)	49.909	8.829	-	-	-	1.102	50.682	(1.164)	51.846	(1.164)	51.846
Transporte de energia pela rede básica	10.3	39.889	(29.656)	(51.163)	-	-	-	5.737	(35.193)	6.137	(41.330)	6.137	(41.330)
Transporte de energia - Itaipu	10.4	50.631	(29.435)	(51.568)	-	-	-	5.638	(24.734)	11.017	(35.751)	(24.734)	-
Energia Itaipu - custo/variação cambial		14.529	(1.716)	-	-	-	-	(4.647)	8.166	-	8.166	-	8.166
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	10.5	131.220	2.836	(75.138)	-	-	-	13.605	72.523	14.688	57.835	14.688	57.835
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.2	(119.295)	174.437	(49.376)	-	-	-	6.176	11.942	5.767	6.175	5.767	6.175
Custos de aquisição de energia	10.1	(10.637)	295.275	331.441	-	-	(279.707)	(24.999)	311.373	(67.247)	378.620	(95.645)	407.018
		97.179	461.650	113.025	-	-	(279.707)	2.612	394.759	(30.802)	425.561	(94.951)	489.710
Demais passivos financeiros setoriais													
Neutralidade da parcela A		(62.988)	(52.902)	111.468	-	-	-	(1.341)	(5.763)	-	(5.763)	-	(5.763)
Sobrecontratação de energia	10.6	89.610	30.871	38.661	(112.552)	-	(5.006)	(696)	40.888	-	40.888	-	40.888
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(407.872)	(43.524)	43.213	-	-	-	(13.777)	(421.960)	(180.054)	(241.906)	(79.224)	(342.736)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(153.882)	131.933	-	-	-	-	-	(21.949)	-	(21.949)	(21.949)	-
Risco hidrológico		(718.855)	(300.170)	422.335	-	-	-	(27.325)	(624.015)	-	(624.015)	-	(624.015)
Outros	10.7	(160.523)	(161.982)	112.335	-	(20.374)	-	(1.957)	(232.501)	(26.505)	(205.996)	(26.504)	(205.997)
		(1.414.510)	(395.774)	728.012	(112.552)	(20.374)	(5.006)	(45.096)	(1.265.300)	(206.559)	(1.058.741)	(127.677)	(1.137.623)
Total		(1.317.331)	65.876	841.037	(112.552)	(20.374)	(284.713)	(42.484)	(870.541)	(237.361)	(633.180)	(222.628)	(647.913)

10.1 – Custo de Aquisição de Energia: O aumento na constituição do ativo de aquisição de energia está relacionado, principalmente, ao acréscimo da carga contratada de energia térmica e ao aumento significativo do risco hidrológico. Este cenário decorre da deterioração das condições hidrológicas no período, refletido na elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio de R\$ 61,91 no semestre findo em 30 de junho de 2024 para R\$ 196,55 no mesmo período de 2025. Adicionalmente, houve aumento no preço médio dos contratos de energia térmica, que passou de R\$ 214,00 para R\$ 240,74 no comparativo entre os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2025 – (valor das tarifas em reais).

10.2 – PROINFA: O aumento da CVA ativa de PROINFA está relacionado ao incremento das cotas mensais homologadas pela ANEEL. No semestre findo em 30 de junho de 2024, o custo total de R\$ 220.039 ficou abaixo da cobertura tarifária de R\$ 235.000. Em contrapartida, no semestre findo em 30 de junho de 2025, o custo aumentou para R\$ 269.946, ultrapassando a cobertura tarifária de R\$ 220.039 no mesmo período.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.3 – Transporte de energia pela rede básica: O aumento da CVA passiva de Rede Básica está relacionado à redução dos custos incorridos e ao aumento da cobertura tarifária homologada. No semestre findo em 30 de junho de 2024, o custo total foi de R\$ 1.104.982, enquanto a cobertura tarifária ficou em R\$ 1.069.693. Já no semestre findo em 30 de junho de 2025, observou-se uma redução nos custos para R\$ 1.064.004, acompanhada de um aumento na cobertura tarifária para R\$ 1.093.660, contribuindo para a constituição da CVA passiva no período.

10.4 - Transporte de energia - ITAIPU: O aumento da CVA passiva de Transporte Itaipu está associado à redução dos custos incorridos e ao aumento da cobertura tarifária homologada. No semestre findo em 30 de junho de 2024, o custo total foi de R\$ 152.181, superior à cobertura tarifária de R\$ 97.623. No semestre findo em 30 de junho de 2025, observou-se uma redução nos custos para R\$ 106.455, ao passo que a cobertura tarifária aumentou significativamente para R\$ 135.890, contribuindo para a constituição da CVA passiva no período.

10.5 – Encargo do serviço do sistema: A redução da CVA ativa de ESS está relacionada à variação entre os custos incorridos e a cobertura tarifária homologada nos períodos analisados. No semestre findo em 30 de junho de 2024, os custos totalizaram R\$ 391.172, superiores à cobertura de R\$ 314.999. Já no semestre findo em 30 de junho de 2025, observou-se uma redução nos custos para R\$ 263.167, ao passo que a cobertura tarifária aumentou para R\$ 282.964, resultando em uma redução do ativo regulatório. Esse comportamento foi ainda influenciado pela contabilização do alívio retroativo, que corresponde à devolução de valores pagos a maior em períodos anteriores e reconhecidos como ajuste nos custos atuais.

10.6 – Sobrecontratação: A redução da CVA passiva de sobrecontratação está relacionada à variação entre os preços do mercado de curto prazo (PLD) e os valores de cobertura tarifária homologada. No semestre findo em 30 de junho de 2024, o PLD médio foi de R\$ 61,51/MWh, significativamente inferior à cobertura tarifária de R\$ 238,14/MWh. Já no semestre findo em 30 de junho de 2025, observou-se aumento expressivo do PLD para R\$ 196,55/MWh, aproximando-se da cobertura tarifária, que recuou levemente para R\$ 232,53/MWh. Essa dinâmica contribuiu para a redução da CVA passiva no período – (valor das tarifas em reais).

10.6.1 – A Companhia constituiu provisão de R\$ 112.552, referente ao ativo financeiro relacionado a exposição involuntária, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.3 (c2).

10.7 – Outros: conforme DESPACHO Nº 1.536, de 23 de maio de 2025 a ANEEL homologou os valores de CDE ELETROBRAS a serem repassados as distribuidoras na qual foi recebido o montante de R\$ 20.374 na competência de maio de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo no mesmo período do exercício anterior, estão demonstradas da seguinte forma:

	Saldos em 31.12.2023	Diferimentos	Amortização	Escassez Hídrica/ CDE Eletrobrás/ Itaipu	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Saldos em 30.06.2024	Valores em constituição	Valores em amortização	Passivo circulante	Passivo não circulante
CVA Ativa e Passiva											
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(44.169)	15.405	-	-	-	1.429	(27.335)	(27.335)	-	-	(27.335)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	(24.169)	(15.840)	25.014	-	-	(1.251)	(16.246)	(17.161)	915	915	(17.161)
Transporte de energia pela rede básica	171.685	35.289	(107.947)	-	-	7.030	106.057	110.249	(4.192)	(4.192)	110.249
Transporte de energia elétrica - Itaipu	76.129	54.356	(15.376)	-	-	4.304	119.413	120.020	(607)	(607)	120.020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.216)	128.729	955	-	-	2.427	113.895	113.859	36	31	113.864
Custos de Aquisição de Energia	(641.341)	(417.910)	278.821	-	159	(34.208)	(814.479)	(827.321)	12.842	(15.551)	(798.928)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	544	65.578	122.590	-	(19.741)	2.924	171.895	166.703	5.192	5.192	166.703
	(479.537)	(134.393)	304.057	-	(19.582)	(17.345)	(346.800)	(360.986)	14.186	(14.212)	(332.588)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da Parcela A	(57.984)	(185.943)	30.544	-	-	(9.552)	(222.935)	(222.935)	-	-	(222.935)
Sobrecontratação de energia	264.593	(210.772)	(83.663)	-	(10.982)	(225)	(41.049)	(41.049)	-	-	(41.049)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(387.114)	(53.267)	43.213	-	-	(6.107)	(403.275)	(143.998)	(259.277)	(86.425,00)	(316.850)
Risco hidrológico	(748.535)	(412.508)	345.920	-	-	(29.548)	(844.671)	(844.671)	-	-	(844.671)
Outros	33.544	(36.143)	(41.018)	(127.889)	(255)	(100.054)	(271.815)	(261.819)	(9.996)	(26.241,00)	(245.574)
	(895.496)	(898.633)	294.996	(127.889)	(11.237)	(145.486)	(1.783.745)	(1.514.472)	(269.273)	(112.666)	(1.671.079)
Total	(1.375.033)	(1.033.026)	599.053	(127.889)	(30.819)	(162.831)	(2.130.545)	(1.875.458)	(255.087)	(126.878)	(2.003.667)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

11. Benefício fiscal

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.06.2025	31.12.2024
Ágio da incorporação	2.437.109	2.460.763
Amortização acumulada	(206.982)	(194.806)
Provisão sobre o ágio	(543.594)	(543.594)
Total	1.686.533	1.722.363

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A movimentação do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Elpa</u>				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(381.073)	251.508	(129.565)	(121.946)
	134.497	(88.767)	45.730	53.349
<u>Brasileira Participações</u>				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(227.696)	150.279	(77.417)	(72.862)
	80.362	(53.040)	27.322	31.877
<u>Enel Sudeste</u>				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(778.021)	509.943	(268.078)	(244.422)
	5.372.296	(3.758.815)	1.613.481	1.637.137
Total	5.587.155	(3.900.622)	1.686.533	1.722.363

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

12. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente - (nota explicativa 1).

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.167.647	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	10.086.348	9.324.702
Intangível	12.3	3.405.500	3.549.958
Total		15.659.495	14.931.017

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 0,97% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2025 (1,05% a.a. no semestre findo em 30 de junho de 2024), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A composição do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	30.06.2025	31.12.2024
<u>Em curso</u>				
Direito de uso da concessão	2.244.868	(77.221)	2.167.647	2.056.357
Total	2.244.868	(77.221)	2.167.647	2.056.357

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.379.455	(26.904)	1.352.551
Adições		878.940	(104.061)	774.879
Capitalização de juros de empréstimos		2.729	-	2.729
Transferências para o ativo intangível	12.3	(257.014)	14.924	(242.090)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(236.650)	76.478	(160.172)
Saldo em 30 de junho de 2024		1.767.460	(39.563)	1.727.897
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.108.389	(52.032)	2.056.357
Adições		1.136.911	(86.310)	1.050.601
Capitalização de juros de empréstimos		9.020	-	9.020
Transferências para o ativo intangível	12.3	(451.583)	8.058	(443.525)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(557.869)	53.063	(504.806)
Saldo em 30 de junho de 2025		2.244.868	(77.221)	2.167.647

12.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Em 30 de junho de 2025, a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	Nota	30.06.2025	30.06.2024
Saldo inicial		9.324.702	8.317.479
Baixas		(14.187)	(3.238)
Transferências do ativo contratual	12.1	504.806	160.172
Atualização financeira	23	271.027	219.078
Saldo final		10.086.348	8.693.491

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****12.3 Intangível da concessão**

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			30.06.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	10.878.741	(6.500.055)	(1.143.180)	3.235.506	3.417.203
Software	571.780	(418.740)	-	153.040	115.173
Bens de renda	20.094	(3.140)	-	16.954	17.582
Total	11.470.615	(6.921.935)	(1.143.180)	3.405.500	3.549.958

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Custo	Em serviço		Total
			Amortização acumulada	Obrigações especiais	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.589.895	(5.637.154)	(1.103.336)	3.849.405
Adições		7.735	(513.332)	-	(505.597)
Baixas		(13.056)	10.127	-	(2.929)
Transferências do ativo contratual	12.1	257.014	-	(14.924)	242.090
Amortizações de obrigação especial		-	42.976	-	42.976
Saldo em 30 de junho de 2024		10.841.588	(6.097.383)	(1.118.260)	3.625.945
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.124.402	(6.439.322)	(1.135.122)	3.549.958
Adições		18.750	(631.938)	-	(613.188)
Baixas		(124.120)	101.655	-	(22.465)
Transferências do ativo contratual	12.1	451.583	-	(8.058)	443.525
Amortizações de obrigação especial		-	47.670	-	47.670
Saldo em 30 de junho de 2025		11.470.615	(6.921.935)	(1.143.180)	3.405.500

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

13. Imobilizado

O imobilizado da Companhia refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2024	Adições	Depreciação	30.06.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-	-	20.094
	20.094	-	-	20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(2.512)	-	(628)	(3.140)
	(2.512)	-	(628)	(3.140)
		-	-	
Total do imobilizado	17.582	-	(628)	16.954
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	83.121	24.974	(8.570)	99.525
Veículos	79.670	340.746	(62.172)	358.244
	162.791	365.720	(70.742)	457.769
Total	180.373	365.720	(71.370)	474.723
	31.12.2023	Adições	Depreciação	30.06.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-	-	20.094
	20.094	-	-	20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(1.256)	-	(628)	(1.884)
	(1.256)	-	(628)	(1.884)
Total do imobilizado	18.838	-	(628)	18.210
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	80.038	16.492	(6.927)	89.603
Veículos	96.421	33.004	(24.445)	104.980
	176.459	49.496	(31.372)	194.583
Total	195.297	49.496	(32.000)	212.793

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

A taxa de depreciação que reflete a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Máquinas e equipamentos	6,25%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 30 de junho de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Imóveis	2,75
Veículos	2,50

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 25.

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Compra de energia		1.356.352	1.249.965
Compra de energia - partes relacionadas	27	9.561	8.748
Encargo de uso da rede		251.605	303.009
		1.617.518	1.561.722
Materiais e serviços		1.049.333	1.328.095
Materiais e serviços - partes relacionadas	27	597.817	519.109
		1.647.150	1.847.204
Total		3.264.668	3.408.926

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de junho de 2025, o montante destas operações é de R\$ 183.282 (R\$ 212.634 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****15. Encargos setoriais**

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº22. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.06.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.624	17.624
Programa de Eficiência Energética - PEE	333.180	293.498
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	256.142	234.068
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	6.717	6.782
Ministério de Minas e Energia - MME	3.844	3.876
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.327	2.327
Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	56.907	62
Total	676.741	558.237
Circulante	554.576	445.746
Não circulante	122.165	112.491

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado (vide nota explicativa nº 28.1.1.), utilizando a taxa efetiva de cada captação.

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante					Não circulante					30.06.2025 Total circulante + não circulante	Circulante					Não circulante					31.12.2024 Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		
Moeda nacional																							
MUFG II		150.000	1.119	-	-	151.119	-	-	-	-	-	151.119	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		150.000	1.119	-	-	151.119	-	-	-	-	-	151.119	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Moeda nacional - partes relacionadas																							
27																							
		-	-	-	-	-	202.278	39.676	-	-	241.954	241.954	-	-	-	202.278	24.282	-	-	226.560	226.560		
		-	-	-	-	-	30.226	5.858	-	-	36.084	36.084	-	-	-	30.226	3.562	-	-	33.788	33.788		
		-	-	-	-	-	25.189	4.598	-	-	29.787	29.787	25.189	2.671	-	27.860	-	-	-	27.860	27.860		
		-	-	-	-	-	216.631	39.077	-	-	255.708	255.708	216.631	22.531	-	239.162	-	-	-	239.162	239.162		
		-	-	-	-	-	105.797	18.057	-	-	123.854	123.854	105.797	10.044	-	115.841	-	-	-	115.841	115.841		
		-	-	-	-	-	302.276	43.651	-	-	345.927	345.927	302.276	20.622	-	322.898	-	-	-	322.898	322.898		
		201.509	26.874	-	-	228.383	-	-	-	-	228.383	201.509	11.628	-	213.137	-	-	-	-	213.137	213.137		
		1.008	95	-	-	1.103	-	-	-	-	1.103	1.008	25	-	1.033	-	-	-	-	1.033	1.033		
		201.518	18.839	-	-	220.357	-	-	-	-	220.357	201.518	4.859	-	206.377	-	-	-	-	206.377	206.377		
		40.302	3.466	-	-	43.768	-	-	-	-	43.768	40.302	689	-	40.991	-	-	-	-	40.991	40.991		
		20.153	1.508	-	-	21.661	-	-	-	-	21.661	20.153	135	-	20.288	-	-	-	-	20.288	20.288		
		464.490	50.782	-	-	515.272	882.397	150.917	-	-	1.033.314	1.548.586	1.114.383	73.204	-	1.187.587	232.504	27.844	-	260.348	1.447.935		
Moeda estrangeira																							
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244.187	672	-	244.859	-	-	-	-	244.859	244.859		
		-	2.714	-	-	2.714	304.923	-	-	-	304.923	307.637	-	3.144	-	3.144	344.815	-	-	344.815	347.959		
		422.035	3.105	-	-	425.140	-	-	-	-	425.140	477.248	3.543	-	480.791	-	-	-	-	480.791	480.791		
		10.952	1.771	-	-	12.723	131.422	-	(9.147)	-	122.275	134.998	12.385	2.003	-	14.388	148.615	-	(15.631)	-	132.984	147.372	
		43.807	6.796	-	(29)	50.574	525.686	-	(40.876)	(322)	484.488	535.062	49.538	7.685	(29)	57.194	594.461	-	(67.732)	(337)	526.392	583.586	
		5.897	672	-	-	6.569	70.765	-	(2.028)	-	68.737	75.306	-	749	-	749	86.692	-	(5.355)	-	81.337	82.086	
		23.588	2.611	-	-	26.199	283.062	-	(10.268)	-	272.794	298.993	-	2.953	-	2.953	346.769	-	(23.984)	-	322.785	325.738	
		-	692	-	-	692	98.566	-	2.583	-	101.149	101.841	-	783	-	783	111.461	-	(1.145)	-	110.316	111.099	
		-	2.719	-	-	2.719	394.265	-	7.898	-	402.163	404.882	-	3.074	-	3.074	445.846	-	(7.392)	-	438.454	441.528	
		801.775	3.647	(8.936)	-	796.486	-	-	-	-	796.486	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		1.308.054	24.727	(8.936)	(29)	1.323.816	1.808.689	-	(51.838)	(322)	1.756.529	3.080.345	783.358	24.606	(29)	807.935	2.078.659	-	(121.239)	(337)	1.957.083	2.765.018	
Moeda estrangeira - partes relacionadas																							
27																							
		513.592	10.859	(508)	-	523.943	-	-	-	-	-	523.943	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
		513.592	10.859	(508)	-	523.943	-	-	-	-	-	523.943	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total		2.436.136	87.487	(9.444)	(29)	2.514.150	2.691.086	150.917	(51.838)	(322)	2.789.843	5.303.993	1.897.741	97.810	(29)	1.995.522	2.311.163	27.844	(121.239)	(337)	2.217.431	4.212.953	

16.1.1 Os contratos *European Investment Bank (BEI)*, *Credit Agricole* e *EFI – Credit Agreement III* são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: As dívidas relacionadas aos contratos com *European Investment Bank (BEI)* contam com a garantia da Enel SpA com taxas que variam de 0,50% a 0,54% a.a.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
EFI - Credit Agreement III	506.800	06/01/2025	20/10/2025	4,3494%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Credit Agricole 4131	800.000	06/05/2025	28/11/2025	EUR + 2,978%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
MUFG II	150.000	10/06/2025	10/06/2026	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e liquidados no semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 II – ELETROPAULO	209.000	17/05/2021	20/05/2025	2,31%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Scotiabank 4131 III – ELETROPAULO	300.000	27/08/2021	27/08/2026	2,61%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
Scotiabank 4131 IV	400.000	09/09/2021	09/09/2025	2,37%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 ITAU 26 MUSD	134.654	01/09/2022	01/09/2037	3,76%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 ITAU 104 MUSD	538.616	01/09/2022	01/09/2037	3,61%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 14 MUSD	68.740	20/04/2023	20/04/2038	4,51%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 56 MUSD	274.960	20/04/2023	20/04/2038	4,38%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
Mútuo ELP - Enel BR V	202.278	04/01/2024	03/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VI	30.226	10/01/2024	09/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VII	25.189	06/02/2024	05/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VIII	216.631	14/02/2024	13/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR IX	105.797	11/03/2024	10/03/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR X*	302.276	10/06/2024	09/06/2028	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XI*	201.509	10/07/2024	10/07/2025	CDI + 1,45%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XII*	1.008	11/10/2024	13/07/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIII*	201.518	14/10/2024	13/07/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIV*	40.302	05/11/2024	05/08/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XV*	20.153	10/12/2024	08/09/2025	CDI + 0,71%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BEI 4131 18 MUSD	92.070	13/05/2024	13/05/2039	5,38%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA
BEI 4131 72 MUSD	368.280	13/05/2024	13/05/2039	5,282%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Enel SpA

* As operações de mútuo com Enel Brasil que tinham vencimento até 30 de junho de 2025 foram prorrogadas de acordo com os termos de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado.

(d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 V	300.000	10/03/25	28/03/25	6,025%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BNP 4131 V	1.350.000	28/02/25	30/05/25	EUR + 3,832%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
Moeda nacional				
CDI	1.699.705	32,05%	1.447.935	34,37%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.283.860	43,05%	2.765.018	65,63%
Euro	1.320.428	24,90%	-	0,00%
Total	5.303.993	100,00%	4.212.953	100,00%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais, vide nota explicativa nº 28.1.1.

16.4 Em 30 de junho de 2025, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	359.682	122.155	1.155.470	122.155	1.030.705	2.790.167
Custo a amortizar	(15)	(29)	(29)	(29)	(222)	(324)
Total	359.667	122.126	1.155.441	122.126	1.030.483	2.789.843

16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.06.2025
CDI	(a)	14,90%
USD	(a)	5,46
EUR	(a)	6,42

(a) Índice do último dia do período.

16.6 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	292.494	-	825.296	1.757.085	2.874.875
Captações	882.397	-	608.670	460.350	1.951.417
Encargos provisionados	41.320	-	45.911	-	87.231
Encargos pagos	(12.382)	-	(45.236)	-	(57.618)
Variação cambial e monetária	4	-	95.753	294.077	389.834
Transferências	-	-	221.457	(221.457)	-
Pagamentos / amortizações	(294.965)	-	(1.297.344)	-	(1.592.309)
Amortização custos de transação	59	-	14	-	73
Marcação a mercado	2.554	-	-	(29.873)	(27.319)
Saldo em 30 de junho de 2024	911.481	-	454.521	2.260.182	3.626.184

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.187.587	260.348	807.935	1.957.083	4.212.953
Captações	150.000	-	2.956.800	-	3.106.800
Encargos provisionados	34.564	67.206	76.556	-	178.326
Encargos pagos	-	-	(63.619)	-	(63.619)
Variação cambial e monetária	-	-	(217.859)	-	(217.859)
Transferências	(705.760)	705.760	269.954	(269.954)	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(1.972.580)	-	(1.972.580)
Amortização custos de transação	-	-	15	-	15
Marcação a mercado	-	-	(9.443)	69.400	59.957
Saldo em 30 de junho de 2025	666.391	1.033.314	1.847.759	1.756.529	5.303.993

16.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
SCOTIABANK 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 IV	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
SCOTIABANK 4131 V	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

17.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante				Não circulante				30.06.2025 Total circulante + não circulante	Circulante				Não circulante			31.12.2024 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total		Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	4.760	(471)	354.289	-	-	-	354.289
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	1.120.680	5.438	(3.342)	1.062.956	-	-	-	-	1.062.956	-	4.929	-	4.929	1.085.933	(5.100)	1.015.630	1.020.559
Debêntures - 25ª Emissão	-	7.691	-	7.691	925.354	(75.525)	(16.453)	833.376	841.067	-	7.752	-	7.752	896.664	(17.864)	786.222	793.974
Debêntures - 26ª Emissão	-	20.059	-	20.059	575.000	-	(455)	574.545	594.604	-	16.656	-	16.656	575.000	(523)	574.477	591.133
Debêntures - 27ª Emissão	-	10.894	-	10.894	916.176	(11.849)	(18.654)	885.673	896.567	-	10.993	-	10.993	888.713	(20.019)	845.388	856.381
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	-	12.122	-	12.122	975.000	-	(3.062)	971.938	984.060	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	-	-	-	-	375.971	33.658	(5.977)	406.158	406.158	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.120.680	56.204	(3.342)	1.113.722	3.767.501	(53.716)	(44.601)	3.671.690	4.785.412	350.000	45.090	(471)	394.619	3.446.310	(43.506)	3.221.717	3.616.336

17.1.1 Os contratos relacionados à 24ª emissão 2ª série, 25ª emissão, 27ª emissão e 28ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

17.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas durante o semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
28ª Emissão (1ª Série) não conversível	975.000	29/05/2025	15/05/2028	CDI + 1,10%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro
28ª Emissão (2ª Série) não conversível	375.000	29/05/2025	15/06/2029	IPCA + 8,30%	Bullet	Bullet	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

(b) Debêntures obtidas em períodos anteriores e liquidadas no semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
24ª Emissão (1ª Série) não conversível	700.000	28/06/2019	15/05/2025	0,8	Nos vencimentos	Semestral	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(c) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no semestre findo em 30 de junho de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	28/06/2019	15/05/2026	4,0134	Nos vencimentos	Semestral	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de distribuição de energia elétrica.
25ª Emissão não conversível	800.000	30/04/2021	15/04/2031	4,26	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
26ª Emissão não conversível	575.000	04/10/2021	04/10/2028	1,64	Nos vencimentos	Anual	Reforço de capital de giro
27ª Emissão não conversível	800.000	12/05/2022	15/04/2032	6,1385	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.06.2025	%	31.12.2024	%
CDI	1.578.664	32,99%	945.422	26,14%
IPCA	3.206.748	67,01%	2.670.914	73,86%
Total	4.785.412	100,00%	3.616.336	100,00%

17.4 Em 30 de junho de 2025, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Debêntures	-	287.500	1.262.500	720.555	1.445.735	3.716.290
Custo a amortizar	(5.193)	(10.387)	(9.422)	(7.598)	(12.000)	(44.600)
Total	(5.193)	277.113	1.253.078	712.957	1.433.735	3.671.690

17.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.06.2025
CDI	(a)	14,90%
IPCA	(a)	5,32%

(a) índice do último dia do período.

17.6 A movimentação das debêntures é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	398.558	3.753.738	4.152.296
Encargos provisionados	134.796	-	134.796
Atualização monetária	-	78.281	78.281
Transferências	204.023	(204.023)	-
Pagamentos / amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Marcação a mercado	-	(155.625)	(155.625)
Amortização custo de transação	5.539	-	5.539
Saldo em 30 de junho de 2024	392.916	3.472.371	3.865.287
Saldo em 31 de dezembro de 2024	394.619	3.221.717	3.616.336
Captações	-	1.350.000	1.350.000
Encargos provisionados	138.730	2.507	141.237
Encargos pagos	(127.615)	-	(127.615)
Atualização monetária	34.746	57.125	91.871

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Transferências	1.012.363	(1.012.363)	-
Pagamentos/amortizações	(350.000)	-	(350.000)
Marcação a mercado	5.383	62.167	67.550
Constituição custo de transação	-	(9.463)	(9.463)
Amortização custo de transação	5.496	-	5.496

Saldo em 30 de junho de 2025	1.113.722	3.671.690	4.785.412
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------

17.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
24ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
25ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
26ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
27ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
28ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a Companhia teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a Companhia já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação. A Fazenda apresentou apelação, a qual, em abril de 2025, foi negado provimento, tendo a Fazenda apresentado Agravo Interno que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n. 14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 30 de junho de 2025, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 5.498.735 (R\$ 5.352.548 até 31 de dezembro de 2024).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2025 já contemplaram a devolução parcial de tais valores.

Até 30 de junho de 2025, o total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 5.485.589 (R\$ 5.133.400 no em 31 de dezembro de 2024).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.06.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	292.374	292.374
Ativo não circulante	2.392.091	2.436.364
Total do ativo	2.684.465	2.728.738
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	190.140	805.454
Passivo não circulante	2.476.630	2.111.591
Total do passivo	2.666.770	2.917.045

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Receita financeira

(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	101.914	209.721
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(101.914)	(209.721)

Impacto líquido	-	-
------------------------	----------	----------

No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia efetuou reclassificações entre circulante e não circulante no montante de R\$ 146.187 no ativo e R\$ 265.673 no passivo.

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.566.214	3.980.435
Atualização	112.921	112.921
Compensação	(501.651)	-
Devolução aos consumidores	-	(934.038)
Saldo em 30 de junho de 2024	3.177.484	3.159.318
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.728.738	2.917.045
Adições	101.914	101.914
Compensação	(146.187)	-
Devolução aos consumidores	-	(352.189)
Saldo em 30 de junho de 2025	2.684.465	2.666.770

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Informações relevantes dos benefícios pós emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19, a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2025, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no semestre findo em 30 de junho de 2025, ocasionou um aumento de R\$ 329.930 na obrigação atuarial em contrapartida com o patrimônio líquido

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.06.2025	31.12.2024
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	13.768.798	13.444.582
Valor justo dos ativos do plano	(10.756.212)	(9.386.654)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	230.909
	3.012.586	4.288.837
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	120.115	112.615
	120.115	112.615
Total	3.132.701	4.401.452
Circulante	5.331	5.892
Não circulante	3.127.370	4.395.560

19.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento que aguarda julgamento pela Diretoria Colegiada da PREVIC que foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Vale ressaltar que as respectivas ações não trouxeram impacto material nas informações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de junho de 2025.

19.1.1 Contratos com a Vivest

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	30.06.2025	31.12.2024
Classificação da dívida IIa	437.021	472.198
Classificação da dívida IIb	38.289	37.004
Contrato de ajustes de reserva matemática	2.590.020	3.609.843
Total dos contratos	3.065.330	4.119.045
Diferenças entre premissas	(52.744)	169.792
Total registrado	3.012.586	4.288.837

19.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**19.3 Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	Nota	30.06.2025	30.06.2024
Saldo inicial		4.401.452	6.636.084
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		2.124	3.316
Juros líquidos conforme laudo atuarial		204.772	267.142
Pagamento de contribuições		(352.577)	(495.554)
Pagamento extraordinário de contribuições	19.3.1	(1.453.000)	(1.453.000)
Ajuste de avaliação atuarial		329.930	(501.673)
Saldo final		3.132.701	4.456.315

19.3.1 Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024, a Companhia decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 1.453.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e 2024.

19.4 Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	30.06.2025	30.06.2024
Valor presente das obrigações atuariais no início do período	13.557.197	14.386.721
Custo dos serviços correntes	2.124	3.316
Custos dos juros	812.087	689.510
Benefícios pagos pelo plano	(850.225)	(654.807)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	367.730	(1.312.642)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do período	13.888.913	13.112.098

19.5 Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.06.2025	30.06.2024
Valor justo dos ativos do plano no início do período	9.386.654	7.750.637
Retorno esperado dos ativos do plano	607.315	422.368
Contribuições recebidas de participantes do plano	1.805.577	1.948.554
Benefícios pagos pelo plano	(850.225)	(654.807)
Perdas atuariais sobre os ativos do plano	(193.109)	(310.214)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	10.756.212	9.156.538

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

19.6 Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	Plano BD	Plano FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8.000.166)	24.420	(7.975.746)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	1.302.089	10.553	1.312.642
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(500.755)	-	(500.755)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(310.214)	-	(310.214)
Pagamento extraordinário	1.453.000	-	1.453.000
Saldo em 30 de junho de 2024	(6.056.046)	34.973	(6.021.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	(382.857)	614	(382.243)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	245.422	-	245.422
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(193.109)	-	(193.109)
Saldo em 30 de junho de 2025	(330.544)	614	(329.930)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

19.7 Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e semestres:

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Capitalização para infraestrutura em construção	418	704	626	886
Outras contribuições - contribuição definida	(2.155)	(3.727)	(1.977)	(3.992)
Despesas com entidade de previdência privada	(1.737)	(3.023)	(1.351)	(3.106)
Custo do serviço corrente bruto conforme laudo atuarial - FGTS	(1.062)	(2.124)	(1.658)	(3.316)
Custo do serviço corrente líquido	(1.062)	(2.124)	(1.658)	(3.316)
Juros sobre a obrigação atuarial	(406.044)	(812.087)	(344.755)	(689.510)
Rendimento esperado dos ativos no ano	332.068	607.315	229.578	422.368
Juros líquidos sobre o passivo	(73.976)	(204.772)	(115.177)	(267.142)
Total reconhecido no resultado	(76.775)	(209.919)	(118.186)	(273.564)

19.8 Premissas atuariais utilizadas:

Especificação	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	11,97%	12,01%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11,97%	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	5,02%
Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%
Reajuste de benefício concedido de prestação continuada	4,50%	4,50%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A
Turn over	ExpR_2012 Strengthen in 40%	ExpR_2012 Strengthen in 40%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

19.9 Estimativa da despesa para o segundo semestre de 2025:

	01.07.2025 a 31.12.2025
Custo dos serviços correntes	1.442
Custos dos juros das obrigações com benefício pós-emprego	796.813
Rendimento esperado dos ativos do plano	(646.941)
Total	151.314

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

20.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

							Depósitos vinculados		
	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2025	30.06.2025	31.12.2024
Trabalhistas	20.1.1	321.433	30.381	(9.949)	20.710	(48.611)	313.964	82.442	88.896
Cíveis	20.1.2	408.402	37.635	(14.673)	28.197	(43.923)	415.638	22.806	14.741
Fiscais	20.1.4	24.921	4.484	(10)	(16)	(4.209)	25.170	873	198
Ambientais	20.1.5	5.942	1.395	-	196	(1.395)	6.138	-	-
Regulatório	20.1.3	161.367	-	-	14.222	-	175.589	-	-
Outras provisões	20.1.6	4.313	-	-	236	-	4.549	-	-
Total		926.378	73.895	(24.632)	63.545	(98.138)	941.048	106.121	103.835
Circulante		169.853					227.871		
Não circulante		756.525					713.177		

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Depósitos vinculados

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.06.2024	30.06.2024	31.12.2023
Trabalhistas	318.884	40.366	(14.965)	37.688	(35.139)	346.834	96.456	98.128
Cíveis	336.443	48.352	(13.224)	29.075	(32.893)	367.753	13.720	13.827
Fiscais							-	-
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	258.936	12.606	-	9.847	-	281.389	-	-
Outros processos fiscais	13.616	129	(125)	463	(74)	14.009	828	808
Ambientais	5.673	357	-	140	(357)	5.813	-	-
Regulatório	193.274	-	-	14.391	(32.856)	174.809	-	-
Outras provisões/riscos	5.549	-	-	232	(508)	5.273	-	-
Total	1.132.375	101.810	(28.314)	91.836	(101.827)	1.195.880	111.004	112.763
Circulante	187.286					160.572		
Não circulante	945.089					1.035.308		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

20.1.1 Processos trabalhistas

Em 30 de junho de 2025, a Companhia mantém provisão para 1.650 processos (1.695 em 31 de dezembro de 2024), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****20.1.2 Processos cíveis**

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.1.3 Processos regulatórios

A Companhia possui 6 autos de infração no âmbito judicial (6 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a supostas não conformidades.

Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de infração	Data de recebimento	Natureza	Última decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensão por liminar.	27.178	11.337
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Exigibilidade suspensão por liminar.	4.653	40.157
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - desfavorável em 1ª instância	17.365	-
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensão por liminar.	20.769	8.264
nº 0015/2018	Agosto de 2018	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa – PCLD	Julho de 2012 - desfavorável em 2ª instância	22.787	65.416
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento ou Atendimento DEC e FEC 2021	Exigibilidade suspensão por liminar.	82.837	64.206
Total				175.589	189.380

O montante de R\$ 189.380 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

20.1.4 Processos fiscais

- (a) **Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

20.1.5 Processos ambientais

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- (a) **Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância para a fase de execução. A Companhia seguiu em tratativas com o Ministério Público e com o órgão ambiental municipal (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) para a implementação de um projeto ambiental de restauração ecológica nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim. Em 14 de março de 2024, a Companhia recebeu a aprovação do Ministério Público acerca do projeto ambiental como forma de cumprimento da decisão judicial de reparação pelos supostos danos ambientais. O projeto denominado "Projeto de Compensação Ambiental – ADC Guarapiranga", descreve o compromisso de compensação ambiental em área localizada na área de proteção e recuperação ambiental do Guarapiranga, cuja execução foi iniciada em junho de 2024. A Companhia vem cumprindo as etapas do projeto e a ação judicial permanece ativa até o integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

20.1.6 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados. Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado.

20.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
<u>Trabalhistas</u>			
Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		133.187	130.694
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais		6.010	33.245
Contribuição Previdenciária – SAT		61.413	58.991
Outros processos trabalhistas		495.349	447.492
		695.959	670.422
<u>Cíveis</u>			
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC		Indeterminado	Indeterminado
Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal		Indeterminado	Indeterminado
Uso da faixa de domínio de rodovias		Indeterminado	Indeterminado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias		Indeterminado	Indeterminado
Ação de cobrança – CTEEP	20.2.1 (a)	299.592	289.872
Ações Indenizatórias - individuais - evento climático 2023	20.2.1 (b.1)	20.664	19.845
Ações Indenizatórias - individuais - evento climático 2024	20.2.1 (b.2)	18.417	10.111
Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático 2023	20.2.1 (b.1)	Indeterminado	Indeterminado
Ações Indenizatórias - coletivas - evento climático 2024	20.2.1 (b.2)	Indeterminado	Indeterminado
Outros processos cíveis		1.448.812	1.611.815
		1.787.485	1.931.643
<u>Fiscais</u>			
CSLL – base negativa		139.113	133.263
Execuções fiscais municipais – diversas		228.331	215.546
PIS – Estatuto da decadência		269.118	265.591
COFINS – anistia		177.554	175.452
COFINS – Multa de Ofício		70.786	70.786
Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos		235.748	229.749
IRPJ e CSLL - Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão		205.358	197.238
PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	20.2.2 (a)	751.515	738.768
FINSOCIAL		273.863	267.310
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)		197.067	191.860
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	20.2.2 (b)	217.459	210.310
Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP		263.487	259.790
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes		2.221	2.134
Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos		326.363	314.471
Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica		59.602	57.383
IRPJ/CSLL - Goodwill Projeto Kairós	20.2.2 (c)	955.090	916.493
Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST		5.235	4.948
IRPJ e CSLL Saldo Negativo	20.2.2 (d)	436.453	-
Outros processos fiscais		45.126	43.554
		4.859.489	4.294.646
<u>Regulatórias</u>			
Devolução tarifária - Base Blindada		1.387.714	1.400.937
Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória		230.004	223.984
Autos de Infração - Indicadores de continuidade		133.051	129.168
Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço		113.389	110.491
Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos	20.2.3 (a)	197.129	187.031
Auto de Infração nº 12/2022 - DEC e FEC		64.206	55.920
Energia livre – Despacho 2.517/2010	20.2.3 (b)	49.969	-
Revisão tarifária – benefício fiscal de juros sobre capital próprio	20.2.3 (c)	Indeterminado	Indeterminado
Outros processos regulatórios		26.014	25.617

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	2.201.476	2.133.148
Total	9.544.409	9.029.859

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto à atualização de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

20.2.1 Processos cíveis

(a) **Ação de cobrança CTEEP:** Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R\$1.500.000, que atualmente perfaz R\$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressalvado seu direito de cobrança perante o efetivo devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão – EPTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença, até o momento, foi mantida em segunda instância, em sede de recursos de apelação, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre o valor atualizado da ação, o que corresponderia a R\$ 299.592 em 30 de junho de 2025. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em 12 de janeiro de 2024, os embargos de declaração foram rejeitados e a decisão foi publicada em 30 de janeiro de 2024. Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia interpôs recurso especial e extraordinário. Em 17 de maio de 2024 foi proferida decisão suspendendo a tramitação dos recursos da Companhia até decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema de Repercussão Geral 1255 (possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes). Em 11 de março de 2025, o Plenário do STF considerou que a questão da repercussão geral sobre os honorários advocatícios se restringiria à fixação dos honorários devidos pelo Tesouro Público, o que não é o caso neste processo. Em 1º de abril de 2025, o Recurso Extraordinário da Companhia foi admitido e o Recurso Especial foi inadmitido. Em 29 de abril de 2025, a Companhia interpôs agravo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiterando nossos argumentos e a necessidade de análise do Recurso Especial. Em 26 de junho de 2025, a CTEEP apresentou contrarrazões ao agravo da Companhia. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

(b) Ações indenizatórias – eventos climáticos:

(b.1) Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 30 de junho de 2025, 498 ações individuais e 7 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Companhia e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, em 30 de junho de 2025, o valor total pedido nas 498 ações individuais, é de R\$ 20.664. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

(b.2) Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024 a Companhia foi citada em 916 ações individuais e 11 ações coletivas em 30 de junho de 2025, nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão, sendo pleiteadas liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia prestado pela Companhia, determinando a disponibilização de informações e/ou documentos, e solicitando intervenção no contrato de concessão.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que fosse determinada a condenação da Companhia ao pagamento de valores por danos morais e materiais individuais e coletivos, a serem apurados no momento processual adequado, que fosse declarada a caducidade do contrato de concessão e/ou aplicadas penalidades à Companhia. Assim, em 30 de junho de 2025, o total pedido nas 916 ações individuais, é de R\$ 18.417. Quanto às ações coletivas, para ambos os eventos, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

20.2.2 Processos fiscais

(a) **PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988:** Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Em junho de 2023 foi proferida decisão favorável em um mandado de segurança que abarca duas execuções fiscais sobre o tema, no valor de R\$ 142.387, no sentido de afastar a decisão administrativa que não havia reconhecido o direito creditório e de que o tema deve ser novamente julgado na esfera administrativa. A Fazenda apresentou Recurso Especial, o qual foi provido para determinar o retorno dos autos à segunda instância para um novo julgamento. A Companhia apresentou embargos de declaração que aguarda julgamento.

Em junho de 2025, houve decisões desfavoráveis para 4 execuções fiscais em segunda instância sob o entendimento de que haveria litispendência com o mandado de segurança supracitado, o que não é verdade já que as causas de pedir e os pedidos são distintos, o escopo do mandado de segurança é mais restrito, pois não permite dilação probatória, bem como ali se discute apenas parte dos débitos, que não são os mesmos de 3 das 4 execuções fiscais em questão. Assim, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário que aguarda julgamento.

(b) **Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No semestre findo em 30 de junho de 2025, um processo administrativo se encerrou de forma parcialmente desfavorável e a Companhia seguirá discutindo o remanescente no judiciário.

(c) **Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill:** A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário. Em 13 de março de 2024 foi proferida decisão no sentido de determinar que o processo retorne à 1ª instância administrativa para um novo julgamento. Em março de 2025 foi proferida decisão julgando parcialmente procedente a Impugnação da Companhia para reduzir o percentual da multa de ofício qualificada de 150% para 100%. Interposto recurso de ofício e a Companhia interporá recurso voluntário.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

- (d) **IRPJ e CSLL saldo negativo:** A Companhia possui dois processos decorrentes da não homologação de compensações efetuadas nos anos de 2000 e 2002 com saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores (1997 a 1999). Em janeiro de 2025 foram publicadas decisões em segunda instância administrativa negando provimento aos recursos voluntários da Companhia. A Companhia aguarda ser intimada dos acórdãos para recorrer na esfera administrativa.

20.2.3 Processos regulatórios

- (a) **Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos:** O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a Companhia apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. O montante atualizado de R\$ 197.129 foi classificado como risco possível.
- (b) **Energia livre – Despacho 2.517/2010:** Durante o período de racionamento de energia em 2001, foi estabelecido um Acordo Geral do Setor Elétrico que permitia a recomposição tarifária das distribuidoras e limitava a responsabilidade dos geradores. A RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária) foi criada para cobrir prejuízos das distribuidoras e repassar créditos às geradoras. A Lei 10.438/2002 determinou que a arrecadação da RTE se daria até 2008. No entanto, ao final do prazo, distribuidoras e geradoras ainda possuíam créditos não arrecadados. Após o término do período de arrecadação, a ANEEL emitiu o Despacho 2.517/2010, criando obrigações para as distribuidoras, incluindo a responsabilidade pela inadimplência na arrecadação da RTE e a isonomia nas perdas entre distribuidoras e geradoras. O tema setorial levou ao judiciário algumas ações judiciais envolvendo diversas distribuidoras, dentre elas a Companhia, de forma individual e por meio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE. Em recente movimentação em relação ao tema foi revogada liminar que garantia a suspensão do referido despacho e a ANEEL emitiu o Despacho 992/2025, publicado em 10 de abril de 2025, que determina o repasse às geradoras dos valores estabelecidos no Despacho ANEEL 2.517/2010, trazendo risco possível para a Companhia no valor atualizado de R\$ 49.969, em 30 de junho de 2025. Medidas administrativas e judiciais foram adotadas na tentativa de obtenção de nova decisão sobre o tema. A Aneel concedeu efeito suspensivo em maio de 2025 (Despacho Aneel 1345/2025) à medida cautelar apresentada pela ABRADEE e suspendeu a Resolução nº 992/2025 e outros atos relacionados ao fim da cobrança da RTE até decisão final e determinou que a Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado (SFF) analise o mérito do caso, juntamente com o parecer da Procuradoria Federal.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

- (c) **Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal:** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. O Ministério Público Federal apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 03 de abril de 2024, foi dado parcial provimento ao recurso do Ministério Público Federal, para condenar a ANEEL a considerar, nos processos de revisão da tarifa de energia elétrica, o benefício fiscal de juros sobre capital próprio. Em abril de 2024 a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, os quais foram rejeitados em 28 de agosto de 2024. Em 19 de setembro de 2024, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário a serem julgados pelas Cortes Superiores. Em 15 de abril de 2025, a ANEEL apresentou recurso contra a rejeição do recurso extraordinário e do recurso especial. Em 29 de abril de 2025, a Companhia apresentou uma petição, no caso, concordando com os recursos apresentados pela ANEEL.

21.4 Ativo Contingente – Processo fiscal

- (a) **IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários:** A Companhia discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em 30 de junho de 2025, a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente R\$ 945.545 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL. A Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial pelo STJ.

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

Em 30 de junho de 2025, o capital social é de R\$ 4.532.525 (R\$ 4.532.525 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
ENEL Brasil S.A.	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%
Total	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%

21.2 Benefício fiscal proveniente de incorporação

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 23.3.

	30.06.2025	31.12.2024
Reserva especial gerada por incorporações	638.127	638.127
Outras reservas de capital	547	547
Total	638.674	638.674

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

21.3 Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Ajuste de avaliação patrimonial		695.002	741.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(236.302)	(252.199)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		458.700	489.560
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(330.544)	(7.627.560)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		614	44.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos		112.176	2.578.326
Ganho/perda atuarial, líquido		(217.754)	(5.004.985)
Outros resultados abrangentes - derivativos		(23.581)	(47.709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.016	16.220
Instrumentos financeiros, líquido		(15.565)	(31.489)
Realização para lucros acumulados		-	5.004.985
Total		225.381	458.071

22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Lucro líquido do período	72.743	439.896	219.975	480.492
Número de ações	299.075.254	299.075.254	267.108.438	231.900.822
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,2432	1,4709	0,8235	2,0720

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

23. Receita líquida

23.1 No trimestre:

Nota	01.04.2025 a 30.06.2025			01.04.2024 a 30.06.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.567.514	4.366.094	3.359.233	7.485.896	4.524.180	3.465.351
Industrial	24.183	285.854	219.628	24.390	410.892	303.169
Comercial	432.609	1.784.087	1.465.906	424.484	2.107.625	1.659.974
Rural	535	8.042	3.593	576	8.447	3.592
Poder público	15.904	285.483	184.422	15.854	313.707	206.391
Iluminação pública	2.501	110.463	50.857	2.568	119.400	54.680
Serviço público	1.229	45.148	31.385	1.303	65.077	44.339
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.924.642)	-	-	(3.095.381)
Total faturado	8.044.475	6.885.171	2.390.382	7.955.071	7.549.328	2.642.115
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	52.739	-	-	(205.237)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.924.642	-	-	3.095.381
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	6.962	4.153.032	859.555	4.900	3.842.191	809.048
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(28.291)	-	-	(21.016)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.051.437	11.038.203	6.199.027	7.959.971	11.391.519	6.320.291
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	187.006	-	-	158.579
Subvenção baixa renda	-	-	83.811	-	-	94.119
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	921.558	-	-	292.843
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	88.328	-	-	89.907
Receita de construção	-	-	586.040	-	-	423.484
Aluguel de poste	-	-	72.087	-	-	63.908
Outras receitas	-	-	44.709	-	-	12.886
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	156	-	-	301
Total de outras receitas	-	-	1.983.695	-	-	1.136.027
Receita operacional bruta	8.051.437	11.038.203	8.182.722	7.959.971	11.391.519	7.456.318
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(46.120)	-	-	(41.089)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(989.742)	-	-	(1.051.293)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	3.436	-	-	(14.919)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(155.543)	-	-	341
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(6.982)	-	-	(6.255)
ICMS	-	-	(1.033.158)	-	-	(1.097.154)
COFINS	-	-	(478.606)	-	-	(443.092)
PIS	-	-	(103.883)	-	-	(96.220)
ISS	-	-	(84)	-	-	(81)
Total deduções da receita	-	-	(2.810.682)	-	-	(2.749.762)
Total	8.051.437	11.038.203	5.372.040	7.959.971	11.391.519	4.706.556

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

23.2 No semestre:

Nota	01.01.2025 a 30.06.2025			01.01.2024 a 30.06.2024		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.567.514	9.165.593	6.337.374	7.485.896	9.071.828	6.275.630
Industrial	24.183	596.477	315.090	24.390	817.370	441.810
Comercial	432.609	3.795.283	2.647.978	424.484	4.270.763	2.874.916
Rural	535	16.380	6.970	576	17.115	6.809
Poder público	15.904	578.351	317.861	15.854	613.674	344.480
Iluminação pública	2.501	218.115	83.847	2.568	234.810	92.145
Serviço público	1.229	91.133	33.444	1.303	136.648	57.968
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(6.153.825)	-	-	(6.221.767)
Total faturado	8.044.475	14.461.332	3.588.739	7.955.071	15.162.208	3.871.991
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	1.335.178	-	-	1.247.278
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	6.153.825	-	-	6.221.767
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	6.962	8.212.716	1.739.514	4.900	7.427.767	1.591.773
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(47.015)	-	-	(56.130)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.051.437	22.674.048	12.770.241	7.959.971	22.589.975	12.876.679
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	361.443	-	-	300.770
Subvenção baixa renda	-	-	176.160	-	-	197.558
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	1.121.276	-	-	516.519
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	271.027	-	-	219.078
Receita de construção	-	-	1.059.620	-	-	777.609
Aluguel de poste	-	-	143.233	-	-	139.704
Outras receitas	-	-	54.714	-	-	23.638
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	308	-	-	301
Total de outras receitas	-	-	3.187.781	-	-	2.175.177
Receita operacional bruta	8.051.437	22.674.048	15.958.022	7.959.971	22.589.975	15.051.856
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(88.139)	-	-	(84.857)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.979.485)	-	-	(2.102.586)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	5.022	-	-	(19.394)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(159.403)	-	-	511
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(13.964)	-	-	(12.510)
ICMS	-	-	(2.164.088)	-	-	(2.196.711)
COFINS	-	-	(925.409)	-	-	(896.941)
PIS	-	-	(200.831)	-	-	(194.769)
ISS	-	-	(169)	-	-	(163)
Total deduções da receita	-	-	(5.526.466)	-	-	(5.507.420)
Total	8.051.437	22.674.048	10.431.556	7.959.971	22.589.975	9.544.436

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

24.1 Nos trimestres:

Nota	01.04.2025 a 30.06.2025					01.04.2024 a 30.06.2024				
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(159.520)	(31.652)	-	-	(191.172)	(104.307)	(26.720)	-	-	(131.027)
Material	(18.680)	630	-	-	(18.050)	(22.586)	3.165	-	-	(19.421)
Serviço de terceiros	(313.827)	(39.947)	-	-	(353.774)	(230.969)	(45.592)	-	-	(276.561)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	-	(1.766)	-	-	(1.766)	(4.569)	-	-	-	(4.569)
Entidade de previdência privada	(1.522)	(369)	-	-	(1.891)	(1.717)	(280)	-	-	(1.997)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.367.451)	-	-	-	(2.367.451)	(1.867.173)	-	-	-	(1.867.173)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	(26.790)	-	-	-	(26.790)	(48.455)	-	-	-	(48.455)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(743.382)	-	-	-	(743.382)	(804.625)	-	-	-	(804.625)
Depreciação e amortização	(218.530)	(115.396)	-	-	(333.926)	(181.029)	(64.546)	-	-	(245.575)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(94.666)	-	(94.666)	-	-	(26.150)	-	(26.150)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	(45.030)	-	(45.030)	-	-	(65.793)	-	(65.793)
Custo de construção	(586.040)	-	-	-	(586.040)	(423.483)	-	-	-	(423.483)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	(28.934)	-	-	(28.934)	(109)	(25.039)	-	-	(25.148)
Provisão para ativo financeiro setorial	(112.552)	-	-	-	(112.552)	-	-	-	-	-
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	30.786	30.786	-	-	-	33.019	33.019
Outras receitas (despesas) operacionais	(89.545)	-	-	152.201	62.656	12.751	(21.288)	-	(3.787)	(12.324)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	-	-	-	-	-	300	-	-	-	300
Total	(4.637.839)	(217.434)	(139.696)	182.987	(4.811.982)	(3.675.971)	(180.300)	(91.943)	29.232	(3.918.982)

24.2 Nos semestres:

Nota	01.01.2025 a 30.06.2025					01.01.2024 a 30.06.2024				
	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal	(321.370)	(59.495)	-	-	(380.865)	(217.873)	(64.256)	-	-	(282.129)
Material	(37.723)	3.070	-	-	(34.653)	(27.310)	(608)	-	-	(27.918)
Serviços - terceiros	(566.344)	(68.374)	-	-	(634.718)	(421.240)	(112.243)	-	-	(533.483)
Serviços - partes relacionadas	-	(2.919)	-	-	(2.919)	(4.569)	-	-	-	(4.569)
Entidade de previdência privada	(2.609)	(660)	-	-	(3.269)	(3.044)	(662)	-	-	(3.706)
Energia elétrica comprada para revenda	(4.439.353)	-	-	-	(4.439.353)	(3.775.110)	-	-	-	(3.775.110)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	(54.048)	-	-	-	(54.048)	(48.455)	-	-	-	(48.455)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.417.939)	-	-	-	(1.417.939)	(1.641.081)	-	-	-	(1.641.081)
Depreciação e amortização	(440.139)	(187.138)	-	-	(627.277)	(357.196)	(122.035)	-	-	(479.231)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(174.452)	-	(174.452)	-	-	(101.386)	-	(101.386)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	(126.880)	-	(126.880)	-	-	(135.075)	-	(135.075)
Custo de construção	(1.059.620)	-	-	-	(1.059.620)	(777.608)	-	-	-	(777.608)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	(52.914)	-	-	(52.914)	(357)	(55.593)	-	-	(55.950)
Provisão para ativo financeiro setorial	(112.552)	-	-	-	(112.552)	-	-	-	-	-
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	60.777	60.777	-	-	-	66.425	66.425
Outras receitas (despesas) operacionais	(97.534)	-	-	53.441	(44.093)	(15.779)	-	-	(15.911)	(31.690)
Outras receitas operacionais - partes relacionadas	-	-	-	-	-	300	-	-	-	300
Total	(8.549.231)	(368.430)	(301.332)	114.218	(9.104.775)	(7.289.322)	(355.397)	(236.461)	50.514	(7.830.666)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****24.1 Custo do serviço de energia elétrica****24.1.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(1.512.822)	(2.941.348)	(1.032.135)	(2.147.252)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's – partes relacionadas	27	(26.790)	(54.048)	(24.271)	(48.454)
Cotas de garantia física		(231.568)	(462.337)	(258.940)	(520.491)
Risco hidrológico		(190.714)	(161.391)	(17.445)	(8.021)
Itaipu Binacional		(405.650)	(785.533)	(544.453)	(1.016.207)
Angra 1 e 2		(107.735)	(215.105)	(122.172)	(244.269)
Geração Distribuída – GD	24.1.1.1	(3.052)	(3.052)	(6.132)	-
(-) Crédito de PIS e COFINS		222.501	404.383	185.021	361.775
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA		(138.411)	(274.970)	(95.101)	(200.646)
Total		(2.394.241)	(4.493.401)	(1.915.628)	(3.823.565)

24.1.1.1 - A Geração Distribuída – GD, permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 3.052.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****24.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão**

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Uso da rede básica	(538.013)	(1.100.386)	(583.121)	(1.177.613)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(184.012)	(263.168)	(183.221)	(391.172)
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(55.544)	(106.456)	(78.784)	(152.182)
Operador Nacional do Sistema – NOS	(11.381)	(24.188)	(7.762)	(18.075)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição – CUSD	(3.369)	(11.945)	(4.522)	(9.187)
Conexão à Rede Básica - CTEEP	(24.991)	(49.982)	(25.128)	(50.256)
(-) Créditos de PIS/COFINS	73.928	138.186	77.913	157.404
Total	(743.382)	(1.417.939)	(804.625)	(1.641.081)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Perdas líquidas na alienação de bens e direitos	(46.040)	(30.351)	(3.517)	(2.792)
Seguros	(3.139)	(16.452)	4.072	(2.199)
Tributos	(16.965)	(27.076)	(15.674)	(21.168)
Tarifa bancária	(3.724)	(12.648)	(10.194)	(19.665)
Publicidade	(127)	(198)	(181)	(258)
Ganhos (perdas) na desativação de bens e direitos	45.440	(13.127)	374	(1.872)
Indenização por danos elétricos e não elétricos – PID	(6.671)	(14.273)	(6.225)	4.356
Baixa do ativo financeiro da concessão	(8.269)	(16.949)	(1.289)	(3.238)
Taxa de administração do plano – FUNCESP	(2.094)	(4.191)	(178)	(2.203)
Penalidades - devoluções de fornecedores	(2.217)	(5.094)	(3.468)	(3.848)
Outros	106.462	96.266	24.256	21.497
Total	62.656	(44.093)	(12.024)	(31.390)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo****25. Resultado financeiro**

	Nota	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
<u>Receitas financeiras</u>					
Renda de aplicações financeiras		12.203	29.242	18.037	23.064
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.1	10.656	17.330	16.488	19.267
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		721	9.444	103.332	191.520
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		25.784	147.254	6.332	9.606
Juros - derivativos		(22.125)	2.312	(6.286)	12.147
Juros e variações monetárias - outros		66.701	126.337	71.219	132.443
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		11.497	36.845	(10.085)	(17.570)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		16.382	30.831	11.918	32.691
Atualização de créditos tributários	25.2	6.015	27.093	19	1.626
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		1.470	1.500	5.922	6.696
Outras receitas financeiras		18.369	34.250	5.744	16.401
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.306)	(10.733)	(5.207)	(9.348)
		142.367	451.705	217.433	418.543
<u>Despesas financeiras</u>					
Encargos de dívidas - empréstimos e debêntures		(175.140)	(325.074)	(119.056)	(227.585)
Variação monetária - debêntures		(25.908)	(91.871)	(24.997)	(78.281)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(41.079)	(63.545)	(38.315)	(91.836)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		(27.031)	(136.951)	(7.237)	(8.576)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		141	(10.939)	(95.820)	(179.294)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		(106.882)	(178.143)	(53.233)	(116.736)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual		5.429	9.020	2.074	2.729
Cartas de fiança e seguros em garantia		(14.390)	(27.887)	(14.132)	(24.784)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(5.812)	(5.854)	(6.507)	(8.087)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(9.338)	(18.191)	(5.209)	(1.623)
Atualização monetária - energia livre		(3.143)	(5.882)	(2.922)	(2.810)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(28.349)	(79.648)	(71.780)	(145.261)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(30.201)	(36.086)	(5.799)	(12.253)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Juros e variações monetárias - outros		(57.635)	(111.850)	(56.900)	(119.754)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós emprego	27	(73.976)	(204.772)	(115.177)	(267.142)
Outras despesas financeiras		3.998	(43)	(36.809)	(71.857)
		(589.315)	(1.287.715)	(651.819)	(1.356.646)
<u>Variações cambiais líquidas</u>					
Variações cambiais de dívidas		61.689	217.859	(311.949)	(389.830)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(61.682)	(217.872)	311.969	389.856
Outras variações cambiais		(1.886)	(683)	(2.714)	(2.842)
		(1.879)	(696)	(2.694)	(2.816)
Total		(448.827)	(836.706)	(437.080)	(940.919)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

25.2 Contempla o saldo de R\$ 27.056 da atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

26.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

(a) Nos trimestres:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	01.04.2025 a 30.06.2025		01.04.2024 a 30.06.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Diferidos	(28.301)	(10.187)	(95.970)	(34.549)
	(28.301)	(10.187)	(95.970)	(34.549)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	111.231	111.231	772.851	772.851
Adições:				
Gratificação a administradores	21	21	732	732
Outras despesas indedutíveis	561	561	(1.112)	(1.112)
Doações	648	648	321	321
Perdas indedutíveis no contas a receber	501	501	31.539	31.539
Perda na baixa de bens e direitos	-	-	1.046	1.046
Multas indedutíveis	68	68	814	814
Salário maternidade e paternidade	171	171	44	44
Total das adições	1.970	1.970	33.384	33.384
Base de cálculo	113.201	113.201	383.878	383.878
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(28.291)	(10.187)	(95.961)	(34.549)
Compensação de base de cálculo	(10)	-	(9)	-
Total	(28.301)	(10.187)	(95.970)	(34.549)
Alíquota efetiva	24,44%	9,16%	27,38%	9,86%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(b) Nos semestres:

	01.01.2025 a 30.06.2025		01.01.2024 a 30.06.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<u>Composição dos tributos no resultado:</u>				
Na rubrica de tributos				
Correntes	117.809	-	-	-
Diferidos	(123.521)	(44.467)	(214.970)	(77.389)
	(5.712)	(44.467)	(214.970)	(77.389)
<u>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</u>				
Resultado antes dos tributos	490.075	490.075	772.851	772.851
<u>Adições:</u>				
Gratificação a administradores	40	40	1.250	1.250
	1.112	1.112		
Doações	706	706	542	542
Perdas indedutíveis no contas a receber	933	933	82.270	82.270
Perda na baixa de bens e direitos	-	-	1.046	1.046
Multas indedutíveis	972	972	1.773	1.773
Salário maternidade e paternidade	246	246	147	147
Total das adições	4.009	4.009	87.028	87.028
Base de cálculo	494.084	494.084	859.879	859.879
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(123.509)	(44.467)	(214.958)	(77.389)
Compensação de base de cálculo	(12)	-	(12)	-
Ajuste IRPJ/CSLL - exclusão de juros de mora	(26.1.1) 117.809	-	-	-
Total	(5.712)	(44.467)	(214.970)	(77.389)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Alíquota efetiva 1,17% 9,07% 27,82% 10,01%

26.1.1 No semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou imposto a compensar no montante de R\$ 117.809, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023, vide nota explicativa nº 9.

26.2 Imposto Diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.454.768	1.331.085	123.683	59.264	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	11.413	7.425	3.988	(826)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.555.741	1.190.854	364.887	569.601	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	317.593	312.622	4.971	17.466	-	-
Benefício pós-emprego	916.639	1.343.020	(538.558)	(565.150)	112.176	(170.570)
Provisão para materiais e serviços	166.074	176.839	(10.765)	(6.958)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	21.075	24.587	(3.512)	(3.512)	-	-
Pagamento FGTS – PIA (multa 40%)	48.540	38.289	43.514	808	-	-
Swap	-	-	(38.289)	(668)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	16.221	-	(7.108)	(8.204)	(7.167)
Provisão para o fundo de transição	8.017	5.026	-	-	-	-
Outras provisões	11.576	17.731	(6.155)	(7.910)	-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	4.511.436	4.463.699	(56.236)	55.007	103.972	(177.737)
Tributos diferidos passivos:						
Ajuste de avaliação patrimonial/mais valia	(236.301)	(252.198)	15.897	15.950	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.012.331)	(919.548)	(92.783)	(74.487)	-	-
Swap	(196.107)	(295.605)	99.498	(179.263)	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(1.229.417)	(1.148.791)	(80.626)	(49.445)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(91.053)	(81.941)	(9.112)	(7.197)	-	-
Outros	(51.840)	(43.043)	(8.797)	(4.489)	-	-
	(2.817.049)	(2.741.126)	(75.923)	(298.931)	-	-
Total	1.694.387	1.722.573	(132.159)	(243.924)	103.972	(177.737)
Juros mora	-	-	-	(12.606)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(35.829)	(35.829)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(167.988)	(292.359)		

27. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

27.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2025	(100.638)	(100.638)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(69.332)	(56.901)	-	-
Mútuo	Vide nota explicativa nº15	(1.548.586)	(1.447.935)	(100.652)	(29.085)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2025	(424.019)	(365.455)	-	-
Total		(2.142.575)	(1.970.929)	(100.652)	(29.085)

27.2 Empresas de controle comum

Natureza da operação	Vigência	Nota	30.06.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.06.2025	01.01.2024 a 30.06.2024
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego						
VIVEST	Abril de 2031	19	(3.012.586)	(4.288.837)	(204.772)	(267.142)
			(3.012.586)	(4.288.837)	(204.772)	(267.142)
Suprimento de energia - CCEAR						
Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão		(182)	(177)	(672)	(639)
Enel Trading S.A.	Até o final da concessão		(5.134)	(4.310)	(30.365)	(25.233)
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Até o final da concessão		(300)	(292)	(1.109)	(1.054)
Enel Green Power Fazenda S.A.	Até o final da concessão		(122)	(118)	(450)	(428)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão	(394)	(377)	(1.431)	(1.366)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão	(365)	(350)	(1.328)	(1.268)
		(6.497)	(5.624)	(35.355)	(29.988)
<u>Suprimento de energia - CCGF</u>					
Enel Green Power Mourão S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(88)	(90)	(535)	(527)
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(311)	(318)	(1.899)	(1.875)
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL	(2.660)	(2.716)	(16.260)	(16.064)
		(3.059)	(3.124)	(18.694)	(18.466)
<u>Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)</u>					
Enel X Brasil S.A.	Junho de 2028	721	1.272	308	301
		721	1.272	308	301
<u>Comissão de fiança</u>					
Enel SpA	Setembro de 2037	(8.288)	(8.881)	(5.854)	(8.087)
		(8.288)	(8.881)	(5.854)	(8.087)
<u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u>					
Ampla Energia e Serviços S.A.	Agosto de 2027	(1.510)	(2.357)	398	138
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Agosto de 2027	5.738	4.867	469	435
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	814	767	25	35
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Agosto de 2027	730	683	25	29
Enel Trading S.A.	Agosto de 2027	63	64	5	26
Enel X Brasil S.A.	Agosto de 2027	432	(340)	100	77
		6.267	3.684	1.022	740

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Compartilhamento de recursos humanos**expatriados**

Enel Chile S.A.	Fevereiro de 2024	4.679	4.679	-	300
Enel Grids S.r.l.	Fevereiro de 2024	(37.605)	(35.135)	(2.470)	(6.448)
Enel SpA	Fevereiro de 2024	(2.724)	(2.130)	(594)	(742)
		(35.650)	(32.586)	(3.064)	(6.890)

Mútuo

Enel Finance International N.V.	Outubro de 2025	16	(523.943)	-	(17.143)	-
			(523.943)	-	(17.143)	-

Venda de serviços

Gridspertise Latam S.A.	Até o final da concessão	(31.735)	(29.990)	-	-
		(31.735)	(29.990)	-	-

Compra e venda de ativo imobilizado

Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A	9.977	9.977	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	N/A	1.176	1.176	-	-
		11.153	11.153	-	-

Total		(3.603.617)	(4.352.933)	(283.552)	(329.532)
--------------	--	--------------------	--------------------	------------------	------------------

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.04.2025 a 30.06.2025	01.01.2025 a 30.06.2025	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	697	1.245	1.914	3.641
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	-	215	215
Total	697	1.245	2.129	3.856

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda sua área de concessão. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

			30.06.2025		31.12.2024	
Categoria		Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	604.552	604.552	1.014.632	1.014.632
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	3.525	3.525	6.394	6.394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.879.620	3.879.620	3.758.970	3.758.970
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	745.175	745.175	712.427	712.427
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado	2	2.167.647	2.167.647	2.056.357	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	2	10.086.348	10.086.348	9.324.702	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	14.553	14.553	109.541	109.541
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	520.717	520.717	475.523	475.523
Total do ativo			18.022.137	18.022.137	17.458.546	17.458.546
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.264.668	3.264.668	3.408.926	3.408.926
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	2.432.483	2.249.170	2.521.543	2.390.208
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	2.871.510	2.871.510	1.691.410	1.691.410
Debêntures	Custo amortizado	2	1.578.664	1.582.006	1.801.802	1.822.815
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	3.206.748	3.206.748	1.814.534	1.814.534
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	491.335	491.335	184.629	184.629
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	870.541	870.541	1.317.331	1.317.331
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	156.886	156.886	23.181	23.181
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	42.491	42.491
Total do passivo			14.872.835	14.692.864	12.805.847	12.695.525

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 28.2 Hierarquia do valor justo

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os contratos em aberto em 30 de junho de 2025 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco - 24ª Emissão	16/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
Itaú - 25ª Emissão	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Itaú - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
Itaú - 28ª Emissão	29/05/2025	15/06/2029	Fair value hedge	IPCA	CDI	375.000
Santander - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000
Itaú - BEI I	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	134.654
Itaú - BEI II	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	538.616
Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	274.960
BTG - BEI V	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	92.070
BTG - BEI VI	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	368.280
BNP 4131 - EFI III	06/01/2025	20/10/2025	Fair value hedge	Euro	CDI	506.800
Credit Agricole	06/05/2025	28/11/2025	Fair value hedge	Euro	CDI	800.000
Total						6.179.120

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	843
Juros provisionados	(182.873)
Variação monetária	78.284
Variação cambial	389.856
Marcação a mercado no resultado	(169.688)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	21.077
Pagamento de juros	213.172
Pagamento de principal	36.329
Saldo em 30 de junho de 2024	387.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.392
Juros provisionados	(267.703)
Variação monetária	91.871
Variação cambial	(217.872)
Marcação a mercado no resultado	136.315
Marcação a mercado no patrimônio líquido	24.128
Recebimento de principal	(118.084)
Pagamento de juros	205.833
Pagamento de principal	4.504
Saldo em 30 de junho de 2025	378.384

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 30 de junho de 2025, estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Bradesco - 24ª Emissão	245.472	311.801	-	(66.329)
Itaú - 25ª Emissão	88.370	192.029	-	(103.659)
Itaú - 27ª Emissão	15.488	25.974	-	(10.486)
Itaú - 28ª Emissão	18.019	971	-	17.048
Santander - 27ª Emissão	45.997	77.922	-	(31.925)
Scotiabank III	(23.201)	(7.101)	(16.100)	-
Scotiabank IV	(532)	6.949	(7.481)	-
Itaú - BEI I	(5.050)	3.710	-	(8.760)
Itaú - BEI II	(20.341)	14.897	-	(35.238)
Citibank - BEI III	4.788	6.820	-	(2.032)
Citibank - BEI IV	19.029	27.292	-	(8.263)
BTG - BEI V	5.682	5.524	-	158
BTG - BEI VI	22.501	22.105	-	396
BNP 4131 - EFI III	(16.746)	(15.409)	-	(1.337)
Credit Agricole	(21.092)	(11.489)	-	(9.603)
Total	378.384	661.995	(23.581)	(260.030)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de junho de 2025.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	30.06.2025	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.062.956	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,0134%	(1.059.548)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,72%	814.076	Fair value hedge
		817.484	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	841.067	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(824.072)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	735.702	Fair value hedge
		752.697	
Debêntures - 28ª Emissão	IPCA + 8,30%	406.158	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,30%	(396.059)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,91%	378.039	Fair value hedge
		388.138	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	307.637	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(296.551)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	319.752	Cash flow hedge
		330.838	
Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	425.140	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(418.259)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	418.792	Cash flow hedge
		425.673	

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

BEI I - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,76% a.a.	134.997	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(129.731)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	134.781	Fair value hedge
		140.047	
BEI II - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,61% a.a.	535.062	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(514.529)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	534.869	Fair value hedge
		555.402	
BEI III - Derivativo Citibank (swap)	USD + 4,51% a.a.	75.306	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,51% a.a.	(75.105)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0%	70.317	Fair value hedge
		70.518	
BEI IV - Derivativo BTG (swap)	USD + 4,38% a.a.	298.993	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,38% a.a.	(298.192)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,17%	279.163	Fair value hedge
		279.964	
BEI V - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,38% a.a.	101.841	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,38% a.a.	(75.195)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,09%	69.513	Fair value hedge
		96.159	
BEI VI - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,28% a.a.	404.882	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,28% a.a.	(298.946)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	276.445	Fair value hedge
		382.381	
BNP 4131 - EFI III	EUR + 4,3494%	523.943	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 4,3494%	(522.180)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,5175%	538.926	Fair value hedge
		540.689	
Credit Agricole 4131	USD + 2,978%	796.486	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,978%	(796.539)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,19%	817.630	Fair value hedge
		817.577	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	896.566	
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(219.880)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	204.393	Fair value hedge
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(653.022)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	607.025	Fair value hedge
		835.082	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de junho de 2025, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

28.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

28.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIQR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macro categorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIQR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de junho de 2025 é:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	308.954	666.472
Títulos e valores mobiliários	6	3.525	6.394
Contas a receber de clientes	7	3.879.620	3.758.970
Depósitos vinculados		745.175	712.427
Ativo financeiro setorial	10	700.421	891.580
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.167.647	2.056.357
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	10.086.348	9.324.702
Instrumentos financeiros derivativos	28	378.384	519.392
Total		18.270.074	17.936.294

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de junho de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2025	31.12.2024
AAA	312.479	443.143
AA+	-	229.723
Total	312.479	672.866

Instrumentos financeiros derivativos	30.06.2025	31.12.2024
AAA	378.384	519.392
Total	378.384	519.392

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Nota	30.06.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	16	5.303.993	4.212.953
Debêntures	17	4.785.412	3.616.336
Instrumentos financeiros derivativos	28	(378.384)	(519.392)
Dívida		9.711.021	7.309.897
Caixa e equivalentes de caixa	5	(604.552)	(1.014.632)
Títulos e valores mobiliários	6	(3.525)	(6.394)
Dívida líquida (a)		9.102.944	6.288.871
Patrimônio líquido (b)	21	5.867.336	5.629.270
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		60,81%	52,77%

O índice de endividamento em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, calculados pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos períodos/exercícios.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2025 é de R\$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas, conforme Despacho N° 1.916/2024, no valor de até R\$ 4.000.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte significativa refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 515.272, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da Enel Finance International N.V. (EFI), pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 30 de junho de 2025, o saldo de empréstimos com a EFI registrado no passivo circulante é de R\$ 523.943.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 30 de junho de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo no Brasil classificada como AAA (bra) pela Fitch Ratings.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Fornecedores	14	3.030.731	62.782	55.841	54.555	60.759	3.264.668
Empréstimos e financiamentos	16	451.774	565.046	1.607.708	2.527.862	1.355.133	6.507.523
Debêntures	17	-	-	1.499.855	3.887.718	1.018.521	6.406.094
Derivativos	28	-	53.024	53.704	514.993	3.169	624.890
Total		3.482.505	680.852	3.217.108	6.985.128	2.437.582	16.803.175

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía 98,65% (96,87% em 31 de dezembro de 2024) da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI e IPCA).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.06.2025	%	31.12.2024	%
Selic	311.667	99,74%	665.715	98,94%
CDI	812	0,26%	7.151	1,06%

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Total	312.479	100,00%	672.866	100,00%
Ativo indenizável	30.06.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	10.086.348	100,00%	9.324.702	100,00%
Total	10.086.348	100,00%	9.324.702	100,00%
Empréstimos, financiamentos e derivativos	30.06.2025	%	31.12.2024	%
CDI	9.481.312	97,63%	6.993.348	95,67%
IPCA	98.592	1,02%	88.053	1,20%
Taxa fixa	131.117	1,35%	228.496	3,13%
Total	9.711.021	100,00%	7.309.897	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de junho de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	30.06.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	311.667	23.219	34.844	46.438	58.064	69.658
CDI		7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	812	60	91	121	151	181
IPCA		265,99%	398,99%	531,98%	664,98%	797,97%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	10.086.348	26.828.677	40.243.520	53.657.354	67.072.197	80.486.031
Total	10.398.827	26.851.956	40.278.455	53.703.913	67.130.412	80.555.870

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota explicativa nº 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Dívidas	Projeção despesas financeiras - um ano					
	30.06.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 26ª Emissão	(594.604)	(52.556)	(72.979)	(92.786)	(112.014)	(130.697)
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	(984.060)	(19.227)	(27.525)	(35.573)	(43.385)	(50.976)
Enel BR V	(241.954)	(2.867)	(4.105)	(5.305)	(6.470)	(7.602)
Enel BR VI	(36.084)	(2.438)	(3.460)	(4.451)	(5.413)	(6.348)
Enel BR VII	(29.787)	(20.932)	(29.704)	(38.211)	(46.469)	(54.493)
Enel BR VIII	(255.708)	(10.139)	(14.387)	(18.508)	(22.507)	(26.394)
Enel BR IX	(123.854)	(28.559)	(40.426)	(51.935)	(63.107)	(73.963)
Enel BR X	(345.927)	(1.648)	(2.303)	(2.938)	(3.554)	(4.153)
Enel BR XI	(228.383)	(7)	(10)	(13)	(16)	(19)
Enel BR XII	(1.103)	(1.455)	(2.086)	(2.698)	(3.293)	(3.870)
Enel BR XIII	(220.357)	(578)	(829)	(1.072)	(1.308)	(1.538)
Enel BR XIV	(43.768)	(420)	(606)	(786)	(962)	(1.132)
Enel BR XV	(21.661)	(81.887)	(115.752)	(148.594)	(180.476)	(211.455)
MFUG II	(151.119)	(11.842)	(17.025)	(22.051)	(26.930)	(31.670)
IPCA						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.062.956)	(59.014)	(69.110)	(79.110)	(89.016)	(98.829)
Debêntures - 25ª Emissão	(841.067)	(53.601)	(62.356)	(71.029)	(79.621)	(88.133)
Debêntures - 27ª Emissão	(896.567)	(73.648)	(83.006)	(92.276)	(101.460)	(110.559)
Debêntures - 28ª Emissão	(406.158)	(41.536)	(45.757)	(49.939)	(54.081)	(58.186)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.059.548	58.641	68.673	78.609	88.452	98.203
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(814.076)	(59.136)	(84.757)	(109.604)	(133.723)	(157.157)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	824.072	51.510	59.924	68.258	76.515	84.696
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(735.702)	(59.784)	(85.020)	(109.494)	(133.252)	(156.337)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	219.880	17.694	19.942	22.169	24.376	26.562
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(204.392)	(16.385)	(23.395)	(30.194)	(36.794)	(43.207)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	396.059	39.916	43.973	47.991	51.972	55.916
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(378.040)	(30.644)	(43.612)	(56.187)	(68.395)	(80.257)
Taxa fixa						
Scotiabank III 4131	(307.637)	202.649	82.746	(4.817)	(74.197)	(131.850)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	296.551	(195.347)	(79.765)	4.643	71.523	127.099
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(319.752)	(28.209)	(39.183)	(49.826)	(60.158)	(70.197)
Scotiabank IV 4131	(425.140)	70.665	29.262	(974)	(24.931)	(44.839)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	418.260	(69.521)	(28.788)	958	24.527	44.113
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(418.792)	(9.010)	(12.614)	(16.108)	(19.499)	(22.794)
BEI I	(134.997)	87.494	34.829	(3.631)	(34.105)	(59.428)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	129.731	(84.081)	(33.470)	3.490	32.775	57.110
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(134.781)	(9.710)	(14.330)	(18.810)	(23.160)	(27.386)
BEI II	(535.062)	347.758	138.908	(13.611)	(134.458)	(234.879)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	514.529	(334.193)	(133.490)	13.080	129.214	225.718
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(534.870)	(37.512)	(55.842)	(73.619)	(90.875)	(107.643)
BEI III	(75.306)	48.299	18.903	(2.564)	(19.574)	(33.708)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	75.105	(48.170)	(18.852)	2.558	19.521	33.618

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Enel Distribuição São Paulo**

Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(70.317)	(5.059)	(7.469)	(9.806)	(12.075)	(14.280)
BEI IV	(298.993)	192.108	75.408	(9.817)	(77.344)	(133.457)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	298.192	(191.594)	(75.206)	9.791	77.137	133.100
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(279.163)	(19.606)	(29.174)	(38.452)	(47.459)	(56.210)
BEI V	(101.841)	64.515	24.733	(4.319)	(27.338)	(46.466)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	75.195	(47.635)	(18.262)	3.189	20.185	34.308
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(69.513)	(5.064)	(7.447)	(9.758)	(12.001)	(14.181)
BEI VI	(404.882)	256.841	98.698	(16.792)	(108.300)	(184.340)
Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	298.946	(189.640)	(72.874)	12.399	79.963	136.108
Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	(276.445)	(19.805)	(29.280)	(38.469)	(47.390)	(56.057)
BNP 4131 - EFI III	(523.943)	101.054	32.503	(17.558)	(57.224)	(90.185)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	522.180	(100.714)	(32.394)	17.499	57.031	89.882
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(538.926)	(13.899)	(20.078)	(26.070)	(31.886)	(37.536)
Credit Agricole 4131	(796.487)	196.895	66.800	(28.205)	(103.482)	(166.035)
Derivativo BNP (swap) - Ponta Ativa	796.538	(196.908)	(66.805)	28.207	103.489	166.046
Derivativo BNP (swap) - Ponta Passiva	(817.630)	(25.242)	(36.958)	(48.319)	(59.346)	(70.061)

Total	(9.711.021)	(519.295)	(855.444)	(1.165.271)	(1.457.249)	(1.735.462)
--------------	--------------------	------------------	------------------	--------------------	--------------------	--------------------

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira, possuem contratos de *swap*. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de junho de 2025 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira**30.06.2025**

Empréstimos e financiamentos	3.604.288
Exposição patrimonial	3.604.288
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(3.425.227)

Total	179.061
--------------	----------------

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio**Moeda estrangeira****30.06.2025**

Fornecedores (Itaipu)	24.053	131.260
Passivo líquido exposto	24.053	131.260

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Itaipu Binacional, PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Outro fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto a este mérito.

O processo foi deliberado na reunião de diretoria da ANEEL em 15 de abril de 2025, com a decisão de não conhecer do pedido de reconsideração por estar exaurida a análise na esfera administrativa. Na sequência, em 22 de abril de 2025 foi publicado o Despacho nº 1.124/25 com a referida decisão. A Companhia avalia a judicialização do tema, dentro dos prazos legais.

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 112.552. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão do referido montante, relacionado ao ativo financeiro de sobrecontratação involuntária – vide nota explicativa nº 10.6.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	21.533.812	7.761.843	7.890.071	8.177.143	97.314.079

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao semestre findo em 30 de junho de 2025 que foram homologados pela ANEEL.

30. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2024	31/10/2025	22.600.237	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/2024	31/10/2025	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	31/10/2024	31/10/2025	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/2024	31/10/2025	N/A	125.691

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa**31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:**

Não impacta caixa	30.06.2025	30.06.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	146.187	501.561
Total	146.187	501.561

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Pagamento de juros	30.06.2025	30.06.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(200.254)	(198.641)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	9.020	2.729
Total	(191.234)	(195.912)

31.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	30.06.2025	30.06.2024
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	3.106.800	1.951.417
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(1.972.580)	(1.942.309)
Pagamento de arrendamento (principal)		(63.833)	(33.506)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	28	113.580	(36.329)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(59.500)
Aumento de capital		3.106.800	1.453.000
Total		2.183.967	1.332.773

32. Eventos Subsequentes**32.1 Reajuste tarifário anual 2025**

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2025, conforme Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 13,94%, sendo 15,77% e 13,47% para alta e baixa tensão.

Revisão tarifária

Encargos setoriais	6,44%
Custos de transmissão	-0,52%
Custos de aquisição de energia	1,38%
Parcela A	7,30%
Parcela B	1,02%
Reajuste econômico	8,32%
CVA total	0,78%
Outros itens financeiros	-3,13%
Reajuste financeiro	-2,35%
Índice de reajuste total	5,97%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Componentes financeiros do processo anterior 7,97%

Efeito para o consumidor 13,94%

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 190.140; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

32.2 CCB Itaú

Em 01 de julho de 2025, a companhia com necessidade de capital de giro, captou nova operação com o Itaú Unibanco S.A. no montante de R\$ 300.000. A operação possui vencimento em 28 de novembro de 2025 a uma taxa de CDI + 0,65% a.a.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos da sua área de concessão, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes dos 24 municípios onde atua, incluindo a capital. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações:

- **Aumento de pessoal próprio:** contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- **Investimento em infraestrutura:** ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- **Novos protocolos de atuação em caso de contingência:** ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- **Podas de árvores:** proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Américas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano de investimentos divulgado pela Companhia, que aponta uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões no período de 2025 a 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios.

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)								
	2T25	2T24	Var. %	1T25	Var. % (1)	6M25	6M24	Var. % (2)
Manutenção	150.243	130.941	14,7%	138.590	8,4%	288.833	239.907	20,4%
Crescimento	314.757	288.086	9,3%	221.160	42,3%	535.917	435.216	23,1%
Novas Conexões	132.282	73.312	80,4%	114.208	15,8%	246.490	183.736	34,2%
Financiado pela Companhia	597.281	492.338	21,3%	473.958	26,0%	1.071.240	858.859	24,7%
Financiado pelo Cliente	32.133	50.169	-36,0%	10.504	205,9%	42.637	56.287	-24,3%
Total	629.414	542.507	16,0%	484.463	29,9%	1.113.877	915.146	21,7%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25; (2) Variação entre 6M25 e 6M24

Durante o 2T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números do 2T24, bem como os demais trimestres de 2024, foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 2T25 o total de R\$ 629,4 milhões na área de concessão, voltados para atividades de manutenção e qualidade da rede, crescimento e novas conexões.

Do total investido, destacam-se: (i) as atividades de manutenção, onde foram alocados R\$ 150,2 milhões, (ii) as atividades de crescimento, onde foram investidos R\$ 314,8 milhões.

No acumulado do ano, os investimentos totalizaram R\$ 1,1 bilhão, representando um crescimento de 21,7% em relação ao 6M24, com destaque para os investimentos em crescimento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 27 de fevereiro de 2025 e 24 de julho de 2024, respectivamente, os quais, não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de julho de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra Contador
CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 29 de julho de 2025.

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosalina
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 29 de julho de 2025.

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosalina
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção